

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais

FRANCIELLI SCHUELTER

Análise da Distribuição dos Polos Presenciais do Sistema UAB no Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 2015

FRANCIELLI SCHUELTER

**ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS POLOS PRESENCIAIS DO
SISTEMA UAB NO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Marialice de Moraes

Florianópolis, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO SÓCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora atribuiu a nota 8,5 à aluna Francielli Schuelter na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Marialice de Moraes

Prof. Dr. Luiz Carlos de Carvalho Júnior

Msc. Helberte João França Almeida

DEDICATÓRIA

Dedico não somente este trabalho, mas também todas as conquistas da minha vida à melhor mãe que DEUS poderia me conceder, dona Edilce.

AGRADECIMENTOS

À professora Marialice de Moraes, que me orientou de maneira tão brilhante na construção deste trabalho e sem a qual este não seria possível. Toda a minha admiração pelo profissionalismo, conhecimento e dedicação.

À minha linda, maravilhosa e abençoada mãe, dona Edilce. Pela vida, pelos puxões de orelha e por me ensinar o verdadeiro valor da vida e o significado do amor.

Ao meu amor, Leandro, que além de ser o melhor namorado, é também o melhor amigo e o meu maior motivo para evoluir a cada dia.

À minha irmã, Giovana, que muito mais do que irmã, sempre foi minha mãe, amiga e parceira de todas as horas.

À minha sobrinha, Giulia, que com sua doçura sempre alega os meus dias.

Aos amigos Thayse, Felipe e Evandro, que, cada um em seu momento, se fizeram muito importantes na minha caminhada.

Às minhas lindas amigas do Labmin, Jimena e Andreia, e aos queridíssimos tutores Helberte e Max, por me aturarem todos os dias, pela amizade e por serem sempre tão gentis e prestativos.

À professora Eleonora Milano Falcão Vieira pelas oportunidades e pelo carinho.

Aos coordenadores dos polos UAB de Santa Catarina, que foram tão solícitos em colaborar com esta pesquisa.

RESUMO

A educação a distância é uma modalidade de ensino que vem sendo utilizada em todo o mundo como meio de encurtar distâncias geográficas e levar a educação aos lugares mais afastados e menos favorecidos. Com essa finalidade cria-se no Brasil o Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, estabelecendo o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Seus objetivos centrais são capacitar professores e gestores para atuar na educação básica brasileira, democratizando e interiorizando o acesso à educação. O Sistema UAB é uma parceria do Governo Federal com os entes federativos. Cabe ao Governo Federal, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), articular e financiar as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) para que ofertem cursos a distância e, cabe aos estados e prefeituras serem mantenedores dos polos de apoio presencial. O polo de apoio presencial é uma estrutura física onde os alunos que estudam a distância têm o suporte necessário para desenvolverem seus estudos, com bibliotecas, laboratórios de informática, videoconferências, aulas presenciais, entre outros. Portanto, os polos são um ponto importante dentro do sistema, pois sua localização pode determinar o alcance geográfico que estes terão. A finalidade deste trabalho foi analisar a distribuição dos polos UAB de Santa Catarina e se estes estão de acordo com as exigências dos editais para seleção de polos, com foco no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), localização geográfica dos polos, bem como os cursos ofertados em cada polo. Concluiu-se que a distribuição dos polos é deficiente, pois existem regiões do estado com indicadores de desenvolvimento mais baixos e que não são contempladas com nenhum polo. Em contraste, as regiões centrais e centros metropolitanos que tradicionalmente já possuem oferta de ensino superior, contam com polos ofertando diversos cursos.

Palavras-chave: Desenvolvimento de Santa Catarina. Educação a distância. Universidade Aberta do Brasil.

ABSTRACT

The education from distance is a type of education that has been used in all over the world as a possibility of breaking geography frontiers and take education to the furthest and less privileged places. With this purpose, the Decree 5,800 has been created in Brazil, on June 8, 2006, establishing the Open University System of Brazil (UAB). Its central objectives are to capacitate professors and gestors to act in the Brazilian basic education, democratizing and internalizing the access to education. The UAB system is a partnership between the Federal Government and the federal groups. It is held by the Federal Government the responsibility to articulate and finance the Public Institutions of Higher Education (IPES), by the intermediation of the Coordination of Personal Improvement of Higher Education (CAPES), and by the states and counties, to maintain the presence support. The headquarter of presence support is a physical structure where students that study from distance have the necessary support to develop their studies, with libraries, computer laboratories, video conferences, physic classes, etc. Therefore, the poles are an important point in the system, because your localization can determinate the geography coverage they will have. The purpose of this paper is to analyze the distribution of the UAB pole of Santa Catarina and if they are ruling according to the requirements of the edicts to selection of poles with focus in the Human Development Index (IDH), Basic Education Development Index (IDEB), geography location of the physic poles, as well the course offered in each pole. It was concluded that the distribution of the poles is deficient because there are areas of the state with lower indexes of development than the ones not contemplated with any pole. In contrast, the central areas and metropolitan centers that traditionally already possess the offer of higher education, count with poles offering many courses.

Keywords: Desenvolvimento de Santa Catarina. Educação a distância. Universidade Aberta do Brasil.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFC – Instituto Federal Catarinense

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEED – Secretaria de Educação a Distância

SPR – Sistema Produtivo Regional

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFTPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

USJ – Centro Universitário Municipal de São José

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos polos UAB e IPES em Santa Catarina por microrregiões	33
Figura 2 - Polos UAB da Microrregião Araranguá	35
Figura 3 - Polos UAB da Microrregião Blumenau.....	37
Figura 4 - Polos UAB da Microrregião Campos de Lages.....	39
Figura 5 - Polos UAB da Microrregião Canoinhas	40
Figura 6 - Polos UAB da Microrregião Chapecó	42
Figura 7 - Polos UAB da Microrregião Concórdia	43
Figura 8 - Polos UAB da Microrregião Criciúma	45
Figura 9 - Polos UAB da Microrregião Curitibanos	46
Figura 10 - Polos UAB da Microrregião Florianópolis.....	47
Figura 11 - Polos UAB da Microrregião Itajaí.....	49
Figura 12 - Microrregião Ituporanga.....	50
Figura 13 - Polos UAB da Microrregião Joaçaba.....	51
Figura 14 - Polos UAB da Microrregião Joinville	53
Figura 15 - Polos UAB da Microrregião Rio do Sul	54
Figura 16 - Polos UAB da Microrregião São Bento do Sul	55
Figura 17 - Polos UAB da Microrregião São Miguel d`Oeste	56
Figura 18 - Microrregião Tabuleiro.....	57
Figura 19 - Polos UAB da Microrregião Tijucas	58
Figura 20 - Polos UAB da Microrregião Tubarão.....	59
Figura 21 - Polos UAB da Microrregião Xanxerê.....	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Coeficiente Gini em algumas regiões na década de 90.....	20
Gráfico 2 - Evolução das Taxas de Escolarização na Educação Superior – Brasil – 2002-2012	21
Gráfico 3 - Taxas de Escolarização na Educação Superior, segundo o Quintil de Renda – Brasil – 2012.....	22

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Objetivos.....	14
1.1.1. Objetivo Geral	14
1.1.2. Objetivos Específicos	15
1.2. Justificativa.....	15
1.3 Metodologia.....	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1. Desenvolvimento, desigualdade de renda e educação no Brasil	18
2.2. O direito à educação e o Sistema Educacional Brasileiro	23
2.3. A educação a distância como alternativa ao desenvolvimento.....	24
3. O SISTEMA UAB.....	27
4. POLOS UAB EM SANTA CATARINA	32
4.1. O polo de apoio presencial	32
4.2. O estado de Santa Catarina e a oferta de cursos superiores públicos.....	32
4.3 A distribuição dos polos UAB em Santa Catarina	35
4.3.1 Microrregião Araranguá	35
4.3.2 Microrregião Blumenau.....	36
4.3.3 Microrregião Campos de Lages.....	38
4.3.4 Microrregião Canoinhas	40
4.3.5 Microrregião Chapecó	41
4.3.6 Concórdia	43
4.3.7 Microrregião Criciúma	44
4.3.8 Microrregião Curitibanos	45
4.3.9 Microrregião Florianópolis.....	47
4.3.10 Microrregião Itajaí.....	48
4.3.11 Microrregião Ituporanga.....	50
4.3.12 Microrregião Joaçaba	50
4.3.13 Microrregião Joinville	53
4.3.14 Microrregião Rio do Sul.....	54
4.3.15 Microrregião São Bento do Sul	55
4.3.16 Microrregião São Miguel d'Oeste	56
4.2.17 Microrregião Tabuleiro.....	57

4.3.18 Microrregião Tijuca	58
4.3.19 Microrregião Tubarão	59
4.3.20 Microrregião Xanxerê	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com dimensões continentais e que historicamente traz consigo uma disparidade regional expressiva:

Internamente, o país ainda apresenta, hoje, grandes desigualdades. São vários Brasis dentro do Brasil. É possível encontrar municípios em que a renda per capita mensal é de aproximadamente R\$ 1.700,00, e outros em que o cidadão ganha, em média, cerca de R\$ 210,00. Há municípios em que mais de 80% dos adultos tem o ensino fundamental completo, enquanto em outras regiões isso não chega a 13%. É possível encontrar, no Sul brasileiro, municípios com esperança de vida ao nascer de mais de 78 anos, enquanto no Nordeste brasileiro há municípios em que um cidadão ao nascer tem expectativa de vida menor que 66 anos. A comparação entre municípios realça as desigualdades e evidencia o abismo ainda existente entre as oportunidades dos brasileiros (PNUD, 2013, p. 23).

Segundo o IPEA (2013), há grande desigualdade entre o desempenho dos alunos da educação básica nas diferentes regiões do Brasil. Norte e Nordeste, regiões tradicionalmente menos assistidas, possuem números bem inferiores se comparados com o Centro-Sul do país. As diferenças são tão grandes que é possível separar os resultados em duas metades muito distintas. Notou-se ainda, que no período analisado, 2007 a 2011, essa disparidade aumentou ainda mais. Regiões com números mais altos, conseguiram resultados ainda melhores. Já as regiões com menos recursos, se mantiveram com os níveis mais baixos ou até mesmo diminuíram seu desempenho. Dentre os fatores apontados para essa diferença estão a falta de qualificação de professores e má gestão das escolas.

Segundo Silva et al. (2011), a desigualdade socioeconômica brasileira, não possibilita que o conhecimento seja distribuído de forma igual entre as regiões. Para transpor esta barreira, a educação a distância pode ser uma alternativa que leve em consideração as singularidades de cada participante, respeitando seu ritmo de aprendizagem e disponibilidade pessoal.

Com o intuito de utilizar a educação a distância como uma ferramenta de expansão e interiorização da oferta de cursos e programas de educação superior no País, de forma a reduzir as desigualdades de oferta entre as regiões, foi instituído o Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, que criou o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). O Sistema está voltado ao público em geral, mas tem como objetivo maior a formação de professores para a educação básica e, em segundo lugar, formação de gestores, dirigentes e demais trabalhadores envolvidos na educação básica, além de outros cursos em diversas áreas de conhecimento, ampliando o acesso à educação pública e estabelecendo um amplo sistema nacional de

educação superior a distância. Também são objetivos do Sistema o fomento ao desenvolvimento institucional e pesquisas em metodologias inovadoras, apoiadas em tecnologias de informação e comunicação que sejam voltadas para a educação a distância (BRASIL, 2006).

Para alcançar os objetivos propostos, o Decreto explicita que haverá colaboração da União com entes federativos mediante a oferta de cursos e programas de ensino superior à distância por instituições públicas credenciadas nos termos do Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, em articulação com polos de apoio presencial, que são caracterizados como unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relacionadas aos cursos ofertados. A seleção destes polos é realizada mediante edital publicado pelo Ministério da Educação, que disporá sobre os requisitos, condições e critérios que o polo deverá cumprir (BRASIL, 2006).

O financiamento das despesas ocorre via dotações orçamentárias anualmente destinadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), devendo o Poder Executivo selecionar os cursos e programas de acordo com o orçamento existente (BRASIL, 2006).

No ano de 2009, a coordenação geral do programa passou para o âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma vez que as ações estão focadas na formação de pessoal para educação, ainda que com ênfase na formação de professores para o ensino fundamental e médio (BRASIL, 2009).

O objetivo maior do Sistema UAB, é reduzir as desigualdades socioeconômicas brasileiras através da educação. Porém, o mesmo que acontece com a educação básica, foi constatado neste contexto, como destacou Silva (2013). Este evidenciou em sua tese de doutorado, que existe uma oferta assimétrica dos denominados cursos UAB, demonstrando que os polos não apresentam uma distribuição espacial justa e necessária para o fim a qual se destinam, pois há uma concentração nas áreas mais favorecidas economicamente em detrimento dos municípios do interior brasileiro. Fazendo com que ao invés de contribuir para o desenvolvimento de forma integrada, se formem espaços excludentes.

A pesquisa analisou os conceitos e a formalização dos estudos populacionais sob a perspectiva da oferta e demanda por cursos superiores, mapeando os polos UAB, suas relações com indicadores sociais e o perfil regional vocacional, além de analisar as demandas

sob a ótica do planejamento territorial. Este trabalho resultou num panorama nacional das distribuição dos polos, concluindo-se pelas análises que a ação assumida pelo Sistema UAB não tem sido adequada às perspectivas de atendimento às suas finalidades referentes ao fomento, distribuição de cursos e polos, responsabilidade institucional do gerenciamento tripartite e também ao risco de sustentabilidade política entre os três níveis governamentais e as IES públicas (SILVA, 2013).

A questão que surge a partir desta constatação de Silva (2013) para o Brasil, é se esta afirmação também pode ser considerada verdadeira para Santa Catarina. Tomando como base os dados de 2000, tem-se que este estado com 5,3 milhões de habitantes, possui 78,7% da sua população vivendo nas cidades; a densidade demográfica é de 56,1 habitantes por quilômetro quadrado; 53% da população total compõem a População Economicamente Ativa (PEA), dividindo-se em: 34% no setor primário, 25% no setor secundário e 41% no setor terciário (THEIS, 2014).

Abrangendo instituições públicas e privadas, Santa Catarina conta com 7 centros universitários, 71 faculdades, 2 institutos federais de educação, ciência e tecnologia e 13 universidades, totalizando 93 instituições distribuídas em 33 municípios do estado (IPECE, 2014).

O estado conta atualmente com 30 polos UAB espalhados pelo seu território, ofertando cursos de várias Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Assim, se questiona se a atuação do Sistema UAB em Santa Catarina tem contribuído para o atendimento às demandas regionais por cursos superiores e, por conseguinte, se a distribuição dos polos é de maneira justa e necessária para o desenvolvimento de seu território.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Analisar a distribuição dos polos UAB em Santa Catarina e sua contribuição para o preenchimento das lacunas deixadas pelas IPES nas regiões do interior do estado.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Relacionar desenvolvimento, distribuição de renda e educação com ênfase na situação atual brasileira.
- Caracterizar o Sistema UAB, sua história e desenvolvimento.
- Analisar a distribuição dos polos UAB dentro do estado de Santa Catarina e suas contribuições para o preenchimento das lacunas deixadas pelas IPES nas regiões do interior do estado, com menores IDH e IDEB.

1.2. Justificativa

Desde o final do século XIX, enquanto diversos países do mundo investiam massivamente em educação, o Brasil deslumbrou-se com suas altas taxas de crescimento do PIB e pareceu não se importar com a falta de educação básica de mínima qualidade para a maioria da população. No pós-guerra, a partir da redemocratização criaram-se mecanismos para assegurar o aumento sustentado dos recursos destinados à educação. Em resposta a isso, passou-se de um investimento de 1,4% do PIB em 1950 para um investimento de 5,0% do PIB no ano de 2009. Esta porcentagem é maior do que a porcentagem dos investimentos em educação de países como México, Coréia do Sul, Alemanha, Chile, China e Japão (FIRMO, 2012).

Mesmo com o grande aumento de recursos nos últimos anos, os resultados brasileiros continuam muito abaixo dos padrões mínimos considerados aceitáveis. Pelo óbvio, o aumento de recursos tenderia a proporcionar melhores resultados. Entretanto, a transformação de investimentos em resultados só ocorre por meio de uma gestão eficiente. Porém, não se observa, no Brasil, relação direta entre investimento por aluno feito pelo município e o desempenho educacional do aluno. Parece apropriado afirmar que um dos principais problemas que a educação brasileira enfrenta é a incapacidade de transformar recursos aplicados em benefícios para o aprendizado dos alunos (FIRMO, 2012).

Tendo em vista a ineficiência dos investimentos voltados para a educação no Brasil, a dúvida que surge é se o Sistema UAB realmente está servindo ao seu desígnio. Silva (2013) aponta em sua tese que os polos UAB apresentam distribuição mais densa nos próprios núcleos metropolitanos. Concentrando-se em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) superior a 70%, evidenciando ações de articulação distantes do atendimento

nos municípios socialmente vulneráveis, que teoricamente são os alvos das ações do Sistema UAB.

Um polo presencial implantado em uma região central, que já possui certo grau de desenvolvimento se comparado a outras regiões, será mais uma oportunidade onde já existem muitas. Aumentando ainda mais a disparidade de ensino e dificultando a inclusão social e desenvolvimento (SILVA, 2013).

Portanto, o presente trabalho se justifica para que se enriqueça o debate acadêmico acerca do tema e que a partir deste, se possa pensar em formas de tornar o Sistema UAB mais eficiente e ao alcance de todos os catarinenses.

1.3 Metodologia

A metodologia definida para o desenvolvimento deste trabalho, de acordo com a amplitude da pesquisa, é o método *exploratório*, que conforme Munhoz (c1989) visa diagnosticar um problema de forma mais precisa, para que, a partir dele, se abram caminhos para uma investigação mais profunda e tentativamente conclusiva.

Munhoz (c1989) ainda complementa que um estudo exploratório pode ser proveniente de estudos teóricos existentes, ou de investigações disponíveis, levadas a efeito num esquema de levantamento de dados e informações que compreendem pesquisas com base em documentação e bibliografia disponível, bem como observação da própria realidade da qual podem se extrair elementos de informação para a formulação do problema que pode vir a ser objeto de estudos posteriores.

Para Gil (1990), a pesquisa exploratória constitui a primeira etapa de uma investigação mais ampla, quando o tema escolhido é bastante genérico e tornam-se necessários esclarecimentos e uma delimitação que exige revisão de literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos, para que, o produto final deste processo se concretize como um objeto passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

Para alcançar os objetivos propostos, as variáveis escolhidas para análise foram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a localização geográfica dos polos por microrregião, oferta de cursos nos polos, municípios de procedência dos alunos e a presença de instituições de ensino superior públicas nas proximidades dos polos.

Escolheu-se analisar a localização geográfica dos polos por microrregião, o IDH e o IDEB, por serem os mesmos indicadores que o Sistema UAB utiliza como critério para a escolha de polos.

O IDH é um indicador que pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Levando em consideração não apenas a variável econômica no desenvolvimento, mas também educação e saúde. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (PNUD, 2010).

O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho com informações sobre rendimento escolar, obtidos pelos estudantes das escolas públicas em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), ao final das etapas de ensino. Utiliza-se uma escala de zero a dez. Onde quanto maior o número, melhor o desempenho/rendimento (FERNANDES, 2007).

Para levantar a oferta de cursos do Sistema UAB, foi feita uma pesquisa pelo site UAB/CAPES e a procedência dos alunos foi averiguada através de contato por meio de telefone aos coordenadores e/ou outros colaboradores dos polos.

Portanto, o procedimento técnico utilizado é o *levantamento*, que segundo Gil (2002), caracteriza-se pela solicitação e levantamento das informações do grupo que se deseja pesquisar, para, em seguida, obterem-se conclusões correspondentes aos dados coletados.

O trabalho está dividido em três capítulos: No capítulo Referencial Teórico, aborda-se o desenvolvimento humano, desigualdade de renda e educação no Brasil e propõe-se a educação a distância como uma alternativa ao desenvolvimento de áreas periféricas e pouco desenvolvidas. O capítulo do Sistema UAB faz uma retrospectiva histórica da criação e desenvolvimento deste projeto. No último capítulo, Polos UAB em Santa Catarina, analisa-se os dados coletados para cada microrregião do estado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo aborda-se o problema da desigualdade de renda e acesso à educação no Brasil e como a utilização da educação a distância pode ser favorável neste contexto.

2.1. Desenvolvimento, desigualdade de renda e educação no Brasil

A ideia de desenvolvimento está no cerne da visão do mundo que prevalece na atualidade. Sua essência é o processo de invenção cultural. Partindo dessa ideia, o homem é visto como um fator de transformação do mundo, portanto de afirmação de si mesmo. Da satisfação das virtualidades e potencialidades humanas, o que só é possível num meio social. O homem não está em equilíbrio com o meio, pois tem a necessidade de transformá-lo para realizar-se individual e coletivamente. Na tarefa de concretizar suas potencialidades, ele transforma o mundo, engendra o desenvolvimento. Dessa maneira, as sociedades são desenvolvidas na medida em que nelas mais efetivamente o homem consegue satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações (FURTADO, 1980).

Nesse contexto, a criação de técnicas e a difusão do conhecimento se tornam essenciais para o desenvolvimento. Na civilização industrial, a capacidade inventiva foi progressivamente canalizada para a criação tecnológica, o que explica a grande força expansiva que a caracteriza. A visão do desenvolvimento em nossa época está intimamente ligada com a ideia de eficiência, com a inovação técnica causadora do incremento dessa eficiência (FURTADO, 1980). Dessa maneira, o desenvolvimento tem forte relacionamento com o grau de conhecimento de uma sociedade. É através do conhecimento que se tornam possíveis salários melhores, condições melhores de vida e a afirmação do homem e do seu espaço no mundo.

Desde seu primeiro relatório, em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) introduziu o conceito de Desenvolvimento Humano, onde o bem-estar humano passou a ser considerado como o alvo do desenvolvimento. A partir desse conceito, os indicadores de desenvolvimento não deveriam mais limitar-se ao fator puramente econômico, mas também compreender fatores como saúde, nutrição, acesso à água potável, educação e ambiente. Além disso, também deveria se considerar a equidade entre os diferentes grupos sociais (DELORS, 2000).

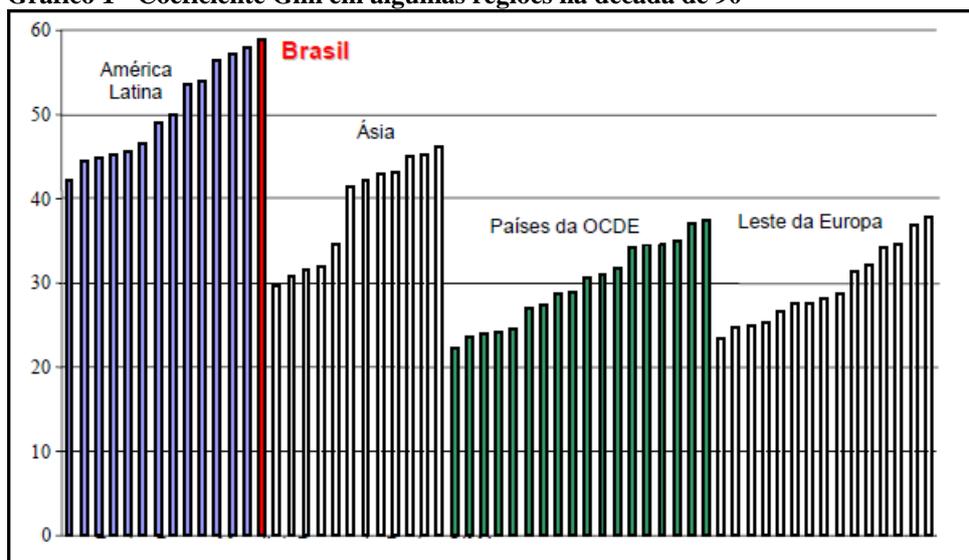
Segundo a definição do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1995), o desenvolvimento humano é um processo que busca expandir as possibilidades oferecidas às

peessoas. De início, as três principais, do ponto de vista das pessoas, são ter uma vida longa e com saúde, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida decente. Na falta destas três possibilidades, muitas outras oportunidades permanecerão inalcançáveis. O conceito de desenvolvimento humano é muito mais amplo do que as teorias clássicas do desenvolvimento econômico. Os modelos de crescimento econômico pautam-se essencialmente no crescimento do produto nacional. O desenvolvimento dos recursos humanos considera os seres humanos como simples fatores do processo de produção, ou seja, como um meio e não como um fim. As políticas de bem-estar social, por seu lado, enxergam as pessoas como favorecidas do processo de desenvolvimento e não como participantes nesse mesmo processo. Já o desenvolvimento humano, junta à produção e distribuição de bens e serviços, a amplificação e utilização das potencialidades humanas. Analisa todas as questões relativas à sociedade com o foco nas pessoas. Concentra-se na ampliação das possibilidades de escolha, podendo ser aplicada tanto aos países em desenvolvimento como aos países desenvolvidos. (PNUD, 1995)

É necessário também, se considerar as desigualdades existentes dentro de um país para o seu processo de desenvolvimento. Kofi Annan, ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, destacou que “Um país desenvolvido é aquele que permite que todos os cidadãos desfrutem de uma vida livre e saudável em um ambiente seguro” (UNICEF, 2015). É importante ressaltar aqui, a utilização da palavra “todos”, ou seja, a desigualdade na distribuição de renda é um fator de grande importância.

No caso do Brasil, o nível de heterogeneidade na distribuição de renda da população é bem evidente, como pode ser observado no Gráfico 1 (BANCO MUNDIAL, 2000). A desigualdade nos países da Ásia e Europa, no período estudado, era bem menor do que nos países da América Latina. E dentre estes últimos, o Brasil destacava-se como o país que possuía maior nível de desigualdade na distribuição de renda.

Gráfico 1 - Coeficiente Gini em algumas regiões na década de 90



Fonte: Banco Mundial – Banco de Dados SIMA – 2000

Pode-se ler na história do Brasil exemplos evidentes de desenvolvimento e subdesenvolvimento, tanto nacional quanto regional. A partir do começo do século XVI, a expansão da economia mundial converteu sucessivamente o Nordeste, o interior de Minas Gerais, o Norte e por último o Centro-Sul em economias de exportação e incorporou-as à estrutura de desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Cada uma dessas regiões, experimentou um período de ascensão econômica durante suas respectivas idades de ouro. Porém, o que se observou é que esse desenvolvimento não era nem autogerador e nem autossustentável. Dessa maneira, logo que o mercado ou a produtividade das três primeiras regiões declinou, o interesse econômico tanto interno quanto externo, se desfez, deixando-as relegadas a desenvolver o subdesenvolvimento em que vivem hoje (FRANK, 1973).

É evidente que, para a atividade econômica de uma região em expansão se manter, é necessário um contingente humano. Dessa maneira, em suas fases de ascensão, cada uma das regiões recebeu grande número de pessoas para os postos de trabalho disponíveis. Com o declínio do mercado, reduziu-se o número de empregos e renda das regiões. Sem capacidade de se autogerar, estas se viram sem a possibilidade de dar boas condições de vida para seus habitantes.

Em função do modelo econômico nacional, a partir o início da segunda metade do século passado, a infraestrutura para a produção capitalista se concentrou nas áreas urbanas, o que em parte foi responsável pelo grande deslocamento de população no território nacional. Este processo provocou uma inversão na macro-constituição demográfica, passando de uma [sic] população de mais de 50% vivendo em área rural para uma espetacular concentração urbana, com mais de 75% de sua população global vivendo nas cidades no fim do século passado. Do ponto de vista do fenômeno educacional, como subproduto desta inversão demográfica, ocorreu

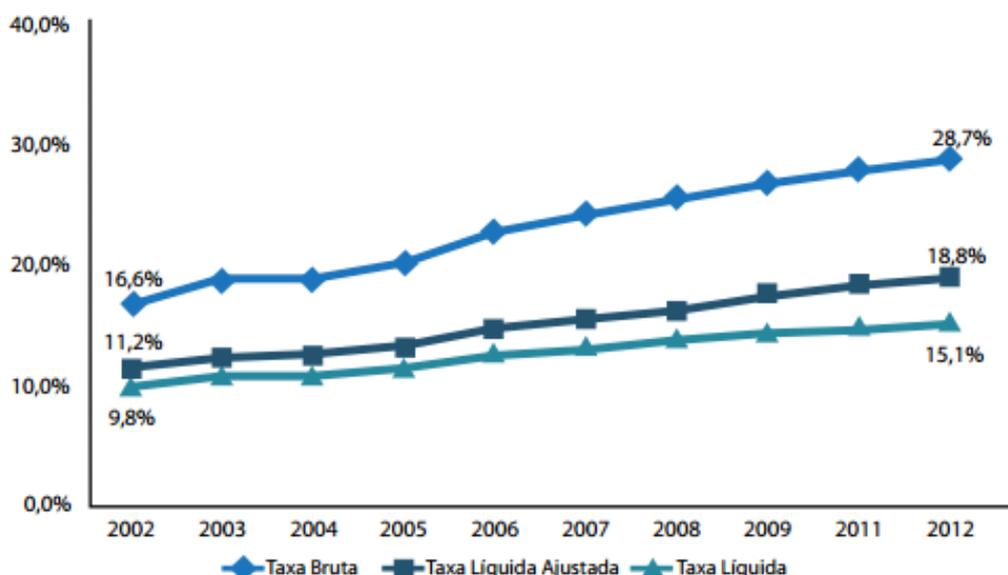
grande concentração da oferta de oportunidades de formação superior nas grandes metrópoles. Esse desequilibrado atendimento educacional privilegiando os grandes centros em detrimento da periferia, é ainda agravado pelo fraco atendimento global (COSTA; PIMENTEL, 2009, p.72).

Desde o final do século XIX, quando observou-se um fenômeno de educação maciça nos Estados Unidos, até o caso cronologicamente mais próximo dos investimentos em educação básica no Chile nos últimos vinte anos, passando pelo salto educacional da Coreia do Sul no pós-guerra, muitos países se sobressaíram pelo empenho de expandirem o nível de educação de suas populações, com reflexos positivos sobre as trajetórias de desenvolvimento. Em contraste com estes países, o Brasil se destaca por entrar no século XXI sendo uma nação com nível educacional que deixa muito a desejar (FIRMO, 2012).

Nos anos 2000, no conjunto da América Latina, o Brasil apresentava um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. A porcentagem de matriculados em relação à população de 18 a 24 anos era de menos de 12%. Enquanto o Chile (20,6%), a Venezuela (26%) e a Bolívia (20,6%), apresentaram números superiores (BRASIL, 2001).

Mesmo com o aumento recente da oferta, que pode ser observado no Gráfico 2, a desigualdade nas oportunidades de ensino ainda é gigantesca, como se pode verificar no Gráfico 3, que traz as taxas de escolarização na educação superior por quintil de renda. O 1º quintil se refere aos 20% mais pobres, enquanto o 5º quintil se refere aos 20% mais ricos.

Gráfico 2 - Evolução das Taxas de Escolarização na Educação Superior – Brasil – 2002-2012



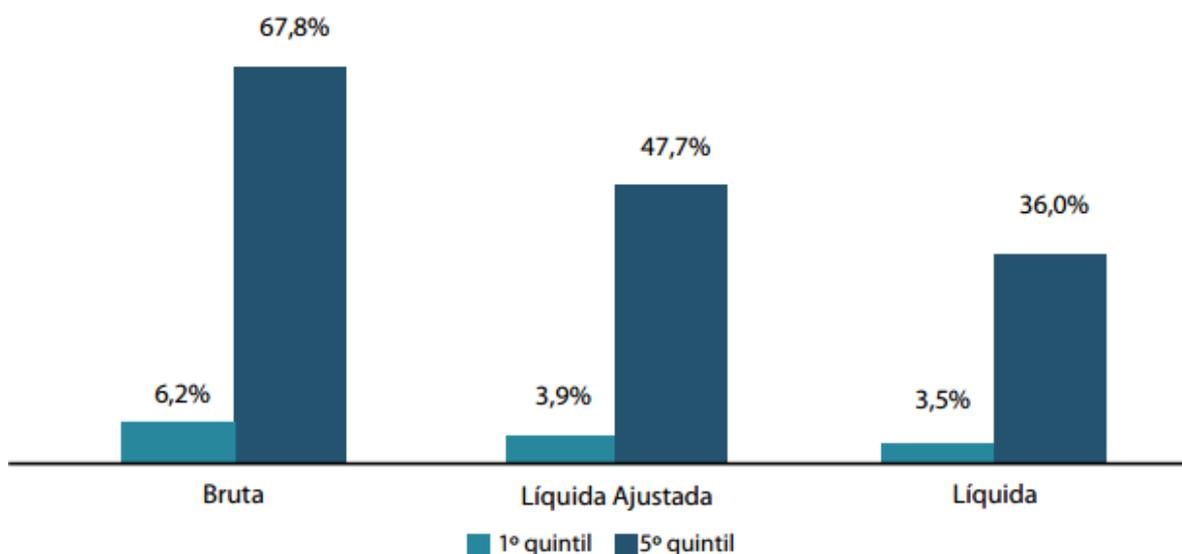
Fonte: IBGE, 2012.

* Taxa Bruta (Percentual de pessoas que frequentam cursos de graduação na educação superior em relação à população de 18 a 24 anos.)

Taxa Líquida (Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam cursos de graduação na educação superior em relação à população de 18 a 24 anos.)

Taxa Líquida Ajustada (Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam cursos de graduação na educação superior ou já concluíram um curso de graduação em relação à população de 18 a 24 anos.)

Gráfico 3 - Taxas de Escolarização na Educação Superior, segundo o Quintil de Renda – Brasil – 2012



Fonte: IBGE, 2012.

* Taxa Bruta (Percentual de pessoas que frequentam cursos de graduação na educação superior em relação à população de 18 a 24 anos.)

Taxa Líquida (Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam cursos de graduação na educação superior em relação à população de 18 a 24 anos.)

Taxa Líquida Ajustada (Percentual de pessoas de 18 a 24 anos que frequentam cursos de graduação na educação superior ou já concluíram um curso de graduação em relação à população de 18 a 24 anos.)

Nota-se que a taxa de escolarização bruta do quintil mais rico ultrapassa em mais de 10 vezes a taxa bruta do 1º quintil, refletindo a desigualdade de acesso à educação superior quando se leva em consideração a renda.

Para Velloso (2004), quanto menor a desigualdade de renda, mais forte é a relação direta entre crescimento econômico e redução da pobreza. No Brasil, apesar de se poder observar uma expressiva taxa de crescimento nos anos 70, a desigualdade no país também aumentou, fazendo com que se dificultasse o crescimento e redução da pobreza. Os principais fatores responsáveis pela desigualdade de renda no Brasil são os níveis díspares de educação entre a população, os altos retornos dados aos que têm maior nível de educação e a incidência das transferências públicas.

O investimento no capital humano, se bem distribuído e direcionado para os pobres, pode facilitar a inclusão social auxiliando os grupos mais vulneráveis a transpor os obstáculos sociais e aumentar sua produtividade. A educação básica capacita os pobres para aprender sobre seus direitos civis e políticos, a exercer estes direitos pelo voto e a corrida aos cargos públicos, e a procurar encaminhamentos legais e exercitar visão pública. Isso propicia o fortalecimento das instituições, melhorando o governo e combatendo a corrupção (VELLOSO, 2004, p. 555).

Sendo assim, uma educação de qualidade e ao alcance de toda a população, pode ser considerada um instrumento importante para o desenvolvimento econômico e social de um país, além de promover a redução das desigualdades.

2.2. O direito à educação e o Sistema Educacional Brasileiro

Um dos principais papéis reservados à educação consiste, antes de mais, em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades (DELORS, 2000, p. 82).

A educação tem um papel essencial para o desenvolvimento do ser humano e de suas potencialidades, tanto no passado, quanto no mundo atual. Em sentido amplo, representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano, e, no sentido estrito, representa toda a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades. Seu conceito sofreu influência do nativismo, onde era entendida como o desenvolvimento de potencialidades interiores do homem, cabendo ao educador apenas exteriorizá-las, e do empirismo, onde era considerada o conhecimento que o homem adquiria através da experiência (MARTINS, 2004 apud VIANNA 2006).

O direito à educação pode ser definido pela oferta gratuita da fase elementar de escolarização, cuja duração pode variar segundo os contextos particulares de cada país e pela obrigatoriedade tanto do poder público em oferecer escolas com nível de qualidade semelhante para todos, quanto dos indivíduos de frequentá-las (HORTA, 1998).

Para a realização do direito à educação, se faz necessário a existência do Estado e de instituições que viabilizem a escolarização da população.

O Estado Brasileiro é composto por instituições políticas, sociais e econômicas, que são regidos por um regime republicano, com forma de organização federativa. Pois segundo o Artigo 1º da Constituição, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e do Distrito Federal (BRASIL, 1988).

No Artigo 205 da Constituição Federal, a educação é colocada como direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Contudo, levando em consideração as históricas desigualdades do arranjo federativo brasileiro, a maneira como os recursos destinados à educação são divididos entre os entes federativos, torna o direito à educação um ideal distante de ser alcançado:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 1988).

Como fica explícito no Artigo 211 da Constituição, os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e educação infantil, enquanto os estados e Distrito Federal atuarão priorizando ensino fundamental e médio. Porém, levando em conta a grande diferença de arrecadação nos estados e municípios, é evidente de que o ideal de equalização de oportunidades não é cumprido. Os municípios mais pobres, sem possibilidade de maiores investimentos, não têm como dar o suporte educacional necessário para a sua população.

2.3. A educação a distância como alternativa ao desenvolvimento

Educação a distância é o aprendizado planejado, que ocorre geralmente em um lugar diferente do local de ensino, portanto, fazendo-se necessária a adoção de meios específicos de

criação do curso e de instrução, comunicação por intermédio de tecnologias, com organização e administração especiais (MOORE; KEARSLEY, 2008).

Muitas são as razões pelas quais a educação a distância pode ser benéfica. Dentre elas, inclui-se: acesso maior a oportunidades de aprendizado e treinamento; oportunidades para atualizar aptidões; reduzir custos dos recursos educacionais; apoiar a qualidade das estruturas educacionais existentes; melhorar a capacitação do sistema educacional; nivelar desigualdades entre grupos etários; direcionar campanhas educacionais para públicos-alvo específicos; aumentar as aptidões para a educação em novas áreas de conhecimento; oferecer uma combinação de educação com trabalho e vida familiar; agregar uma dimensão internacional à experiência educacional (MOORE; KEARSLEY, 2008).

Dessa maneira, a educação a distância significa que mais pessoas estão tendo de forma facilitada, acesso a mais e melhores recursos de aprendizado do que podiam no passado, quando tinham que aceitar somente o que era oferecido presencialmente. À medida em que a educação a distância se dissemina, populações anteriormente em desvantagem, como os alunos de áreas rurais ou de regiões no interior das cidades, terão acesso à cursos nas mesmas instituições e com o mesmo corpo docente que anteriormente estavam disponíveis apenas para alunos em áreas privilegiadas (MOORE; KEARSLEY, 2008).

Essa modalidade de ensino vem sendo utilizada nos mais variados contextos e com diversas finalidades. Cabe aqui destacar sua utilização nos países em desenvolvimento, onde desempenha papel importante na difusão do conhecimento.

A educação a distância em todo o continente da África vem ajudando a democratizar e difundir o conhecimento, mesmo para aqueles que vivem nas comunidades mais remotas, marginalizadas, e isoladas. Isto tem contribuído para que as pessoas possam adquirir competências básicas de alfabetização e de aritmética, e em alguns casos até mesmo obter a certificação em graus de ensino superior, bem como uma infinidade de objetivos educacionais (por exemplo: habilidades de governança, habilidades para a vida, educação que visa prevenir e reduzir a propagação da AIDS, melhoria das técnicas agrícolas, etc.). Ao nível do ensino superior, a educação a distância ofereceu maior acesso a muitas pessoas que anteriormente não tinham oportunidades educacionais com base em onde vivem e trabalham, as circunstâncias econômicas pobres, status social, etc. Em termos econômicos, a educação a distância tem ajudado a produzir uma força de trabalho mais qualificada, que por sua vez

levou ao crescimento e desenvolvimento de ambas as economias locais e nacionais. Mesmo os indivíduos mais velhos, que após a sua aposentadoria optaram por envolver-se em atividades acadêmicas, passaram a tornarem-se proprietários/gerentes de pequenas empresas (ADERINOYE; OJOKHETA, 2004).

Neste capítulo, identificou-se que a desigualdade de renda e de oportunidades, é um problema que o Brasil enfrenta desde o início do seu desenvolvimento. Através da educação, pode-se promover a inclusão social auxiliando os grupos mais vulneráveis a transpor os obstáculos sociais e aumentar sua produtividade, afim de reduzir as disparidades sociais. Neste contexto, a educação a distância pode ser uma alternativa de “encurtar distâncias” e levar a educação a locais mais afastados e que carecem de oportunidades educacionais para auxiliar em seu desenvolvimento.

3. O SISTEMA UAB

Neste capítulo, trata-se da criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

A partir dos anos 1970, tornam-se frequentes os debates relacionados à essencialidade da inserção da população marginalizada do Brasil no sistema de educação superior público nacional. Essas discussões têm como principal foco a necessidade e pertinência da adoção da educação a distância. Porém, somente a partir da década de 1990, com a disseminação da internet no meio acadêmico, é que a oferta de cursos na modalidade à distância para a democratização do ensino público superior é impulsionada (COSTA; PIMENTEL, 2009).

Com a aprovação da Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – se iniciou um processo de reconhecimento da educação a distância no Brasil, se fazendo necessário uma definição de políticas e estratégias para a sua implementação e consolidação no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) (COSTA, 2013).

A expansão desta modalidade de ensino no Brasil se consolida por intermédio de políticas e dinâmicas adotadas no país, no contexto da reforma do Estado e da reforma do sistema educativo, em articulação com os processos transnacionais, destacando-se as recomendações dos organismos multilaterais (UNESCO, Banco Mundial, entre outros) que a recomendam como modalidade educativa a ser expandida e institucionalizada (DOURADO, 2008).

Neste contexto, as ações do poder público federal giraram em torno da concepção de uma Universidade Aberta Brasileira, cuja estrutura e finalidade se alteraram de tempos em tempos, até a configuração do modelo adotado com a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), através do Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006.

O Sistema UAB é concebido como um “sistema”, portanto, tem um papel diferenciado das universidades, ou seja, não representa uma instituição de ensino, que tem uma essência e cumpre um papel social, mas articula um conjunto de instituições, não só universidades. Enquanto sistema, não dispõe de poderes de certificação, incentivo e fomento à pesquisa, construção legal de novos cursos ou mesmo contratação de pessoal, em virtude de ser um sistema que capta o trabalho de universidades e propicia novas estruturas físicas para que este trabalho seja disseminado. Isto significa que, para a existência do Sistema

Universidade Aberta do Brasil, enquanto elemento articulador, precisa-se de IPES para a oferta de cursos em diferentes locais, via modalidade à distância, aspecto fundamental para a sua constituição (ANTUNES, 2011).

No site do Sistema UAB (<http://uab.capes.gov.br/>), este é caracterizado como uma forma de democratizar a universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentivando o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. Requalificando professores em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

No Artigo 1º do Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006, são expostos os objetivos do Sistema UAB:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

Segundo Costa e Pimentel (2009), pode-se definir três pilares fundamentais no Sistema UAB: o MEC, com a condução central do processo, as IPES com a oferta dos cursos na metodologia a distância e os municípios e estados sediando os polos de apoio presencial. Deste modo, o Sistema Universidade Aberta do Brasil se estabelece como uma grande rede de cooperação entre entes federados, com o objetivo de implementação de um modelo de

educação a distância no setor público que possa atender à realidade dos alunos potenciais. Em geral, alunos de cidades do interior e com poucos recursos.

As primeiras articulações entre instituições foram feitas por meio de edital publicado pelo MEC, que dispõe sobre os requisitos, as condições de participação e os critérios de seleção para o Sistema UAB. Também por meio de editais, é realizada a manutenção e a instalação dos polos de apoio presencial, através de acordos de cooperação técnica ou convênios com os entes federativos. (SILVA, 2013)

Em dezembro de 2005, o MEC, através da Secretaria de Educação a Distância (SEED), publicou o Edital número 1, direcionado às prefeituras municipais e aos governos estaduais para a candidatura de projetos para sediarem polos de apoio presencial e também às Instituições Federais de Ensino superior, para que elaborassem propostas de cursos na modalidade a distância.

Dentre os critérios de seleção de polo, eram exigidos que existisse a carência de oferta de ensino superior público na região de abrangência do polo; a demanda local ou regional por ensino superior público, conforme o quantitativo de concluintes e egressos do ensino médio e da educação de jovens e adultos; pertinência dos cursos demandados e capacidade de oferta por instituições federais de ensino; infraestrutura física das instalações do polo (salas de aula, anfiteatros e salas de leitura, pesquisa e atendimento presencial aos alunos e outros); biblioteca com acervo para o curso que se pretende ofertar; laboratório de informática com acesso à internet, preferencialmente em banda larga, e recursos de multimídia, viabilizado por infraestrutura de informática adequada ao funcionamento do polo; laboratórios específicos para os cursos pretendidos, conforme o caso; equipe de tutores presenciais a ser selecionada pelas instituições federais de ensino; recursos para transporte intermunicipal e hospedagem, quando for o caso; equipe técnica e administrativa de apoio sustentabilidade financeira e orçamentária além de capacidade técnica para a instalação do polo.

Complementando o edital, a Secretaria de Educação a Distância (SEED) divulgou direções gerais determinando os elementos estruturais de qualidade que deveriam estar presentes numa proposta de polo de apoio presencial para a UAB. Além de disporem a infraestrutura apropriada, os polos deveriam ser selecionados levando em consideração uma distribuição geográfica sustentável: como regra, dois polos deveriam conservar uma distância mínima, em média, de 100 km. Após análise pela Comissão de Seleção, foram selecionados 291 polos (COSTA; PIMENTEL, 2009).

Já em dezembro de 2006, ainda sob a responsabilidade da SEED, houve a publicação do Edital número 2, nos moldes do edital anterior, mas com novas recomendações do MEC à Comissão de Seleção. Agora, no processo de julgamento deveria ser adotada a divisão territorial do Brasil em microrregiões, como elemento orientador para uma distribuição geopolítica equilibrada dos polos da UAB. Todas as microrregiões teriam que ter pelo menos um polo. Nesta etapa, mais 271 polos foram selecionados.

A partir de 2009, através da Portaria N° 318, de 2 de abril de 2009, o MEC transfere à CAPES a operacionalização do Sistema UAB. (BRASIL, 2009). Além disso, já em 2007, através da Lei n° 11.502, de 11 de julho de 2007, a CAPES também passa a subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas e no desenvolvimento de atividades de suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior e para o desenvolvimento científico e tecnológico do País (BRASIL, 2007).

Neste contexto, a ampliação das competências da CAPES, que assume também a formação de professores para a educação básica e a implementação do Sistema UAB, configuram passos muito importantes. A CAPES é um dos principais instrumentos, ao lado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para desenvolvimento da ciência e tecnologia do Brasil. Recebe essa nova missão com um diagnóstico crítico da qualidade da educação básica brasileira. Para executar essa tarefa a CAPES conta com o Sistema UAB (COSTA; PIMENTEL, 2009).

A CAPES assume as disposições do decreto, por meio da criação de duas novas diretorias, de Educação Básica Presencial (DEB) e de Educação a Distância (DED). As articulações gerenciadas por esta instituição convergiram para o lançamento do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica, em 28 de maio de 2009, onde mais de 330.000 professores das escolas públicas estaduais e municipais que atuam sem formação adequada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) poderão iniciar cursos gratuitos de licenciatura. Além disso, a CAPES passa a desenvolver diversas ações de acordo com suas novas atribuições. São implementados uma série de programas que visam contribuir para o aprimoramento da qualidade da educação básica e estimular experiências inovadoras e o uso de recursos e tecnologias de comunicação e informação nas modalidades de educação presencial e a distância (CAPES, 2015). Dentre os outros programas da CAPES na educação básica, destacam-se: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência; Observatório da Educação; Programa de Consolidação das Licenciaturas; Plano Nacional de Formação dos Professores; Observatório da Educação Escolar Indígena; e Programa Novos Talentos.

Dos 636 polos selecionados pelos dois primeiros editais, 550 já estavam ofertando cursos de 74 IPES no ano de 2009, atendendo um número aproximado de 165.000 alunos (COSTA; PIMENTEL, 2009). Em 2013, mais duas chamadas públicas do Sistema UAB contabilizaram quase 150.000 vagas (TEATINI, 2013 apud WOLF, 2014).

4. POLOS UAB EM SANTA CATARINA

Neste capítulo será abordada a distribuição dos polos UAB dentro do estado de Santa Catarina, suas ofertas por cursos superiores e área de abrangência, bem como a distribuição das IPES.

4.1. O polo de apoio presencial

Os polos são definidos como unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior. Estes devem dispor de infraestrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB (BRASIL, 2006).

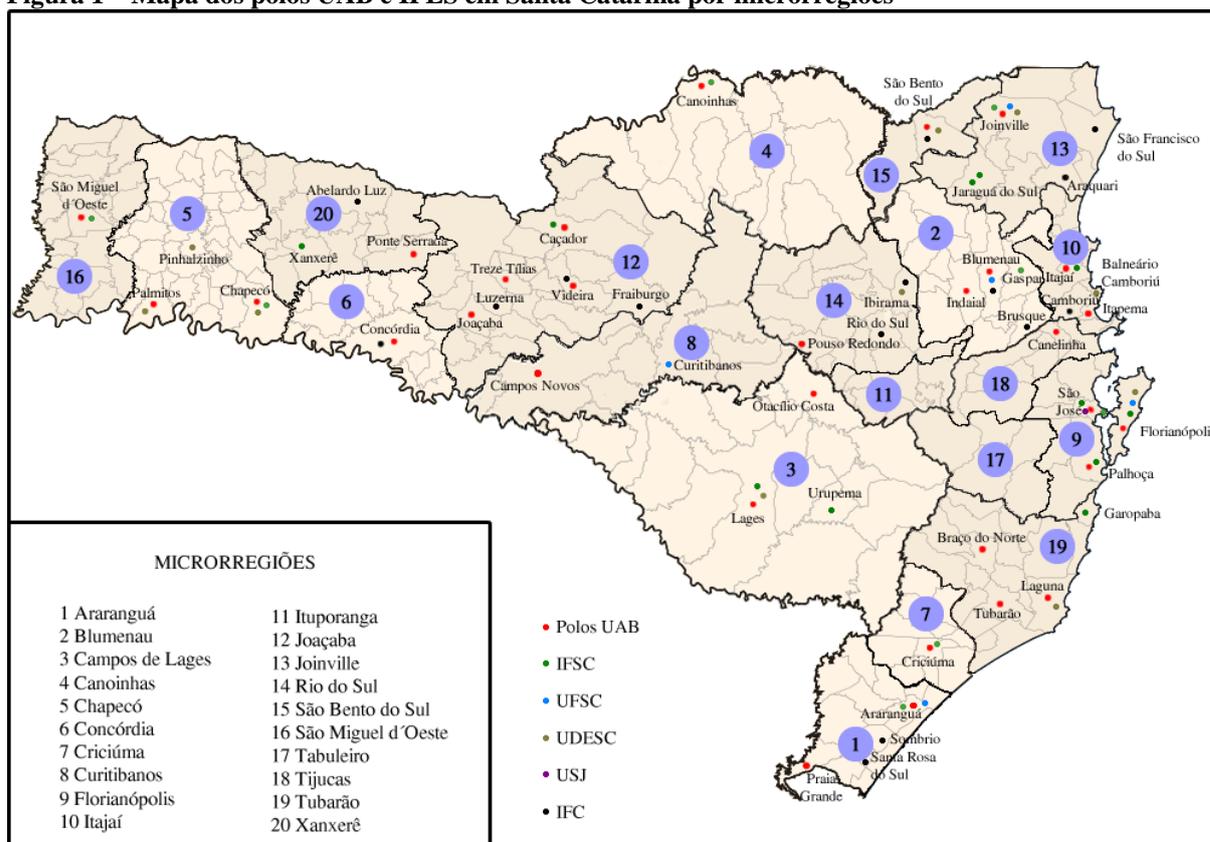
Tomando como base os objetivos do Sistema UAB de democratizar a universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, infere-se que a localização dos polos é um fator importante para que se obtenham os resultados propostos. Pois uma vez que os alunos precisam ir até o polo com frequência para a realização de atividades, encontros presenciais, provas, entre outros, é necessário que a distância percorrida seja relativamente curta.

Sendo assim, os critérios de seleção dos polos são um fator muito importante. Por esse motivo, desde o primeiro edital, foram exigidos que os polos fossem distribuídos levando em consideração IDEB e IDH dos municípios e que existisse a carência de oferta de ensino superior público na região de abrangência.

4.2. O estado de Santa Catarina e a oferta de cursos superiores públicos

O estado de Santa Catarina pertence à Região Sul do Brasil. Situa-se entre os paralelos 25°57' e 29°23' de latitude sul e entre os meridianos 48°19' e 53°50' de longitude oeste. Limita-se ao norte com o Paraná, ao sul com o Rio Grande do Sul, a oeste com a Argentina e a leste com o Oceano Atlântico.

Figura 1 – Mapa dos polos UAB e IPES em Santa Catarina por microrregiões



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

Na Figura 1, observa-se o mapa de Santa Catarina, com o mapeamento dos polos UAB e das IPES.

Observa-se que nas microrregiões do Tabuleiro e Ituporanga, não contam com nenhum polo. O que contradiz o Edital número 2, no tocante à seleção de polos, onde foi recomendado pelo MEC à Comissão de Seleção que todas as microrregiões brasileiras deveriam ter ao menos um polo.

Nas microrregiões de Campos de Lages, Curitibanos e Canoinhas, que juntas representam 33% do território catarinense (IBGE, 2010), observa-se que existem apenas quatro polos. Conclui-se que, para os alunos destas regiões, que queiram frequentar algum curso, o deslocamento será muito maior e também, possivelmente, se terá uma menor oferta.

Já no litoral, que abrange as microrregiões de Araranguá, Criciúma, Tubarão, Florianópolis, Tijucas, Itajaí e Joinville, soma-se 21,3% do território catarinense (IBGE, 2010) e concentra treze dos trinta polos do sistema. Tal ocorrência poderia ser explicada pela maior densidade populacional destas regiões. Porém, como já foi mencionado, o objetivo do Sistema UAB é de interiorizar e democratizar o ensino superior, levando-o para lugares carentes desta modalidade de ensino.

De forma complementar, no Quadro 1, apresenta-se as Universidades e Institutos Federais públicos e privados no estado de Santa Catarina e as respectivas cidades em que atuam.

Quadro 1 - Universidades e Institutos Federais em Santa Catarina

Universidades e Institutos Federais	Cidades
Instituto Federal Catarinense (IFC)	Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio, Videira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)	Florianópolis, São José, Jaraguá do Sul, Araranguá, Joinville, Chapecó, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Lages, Itajaí, Palhoça, Xanxerê, Caçador, Urupema, Garopaba
Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ)	Chapecó, São Lourenço do Oeste e Xaxim
Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE)	Joinville, São Bento do Sul, São Francisco do Sul
Universidade do Contestado (UNC)	Caçador, Canoinhas, Concórdia, Curitibaanos, Mafra, Rio Negrinho, Porto União, Santa Cecília, Monte Carlo, Fraiburgo, Seara
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Florianópolis, Joinville, Lages, Balneário Camboriú, Laguna, Ibirama, São Bento do Sul, Chapecó, Pinhalzinho, Palmitos
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	Criciúma, Araranguá, Orleans, Turvo, Urussanga
Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)	Joaçaba, Campos Novos, Videira, Chapecó, Xanxerê, Maravilha, São Miguel do Oeste, Cunha Porã, Mondaí, Pinhalzinho, São José do Cedro, São Domingos, Capinzal, Tangará, Fraiburgo, Lebon Régis, Salto Veloso, Santa Cecília
Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC)	Lages, São Joaquim, Otacílio Costa, Campo Belo do Sul, Urubici, Santo Amaro da Imperatriz
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	Tubarão, Araranguá, Palhoça, Florianópolis
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	Itajaí, Balneário Camboriú, Tijucas, Biguaçu, São José, Piçarras
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Florianópolis, Araranguá, Curitibaanos, Joinville
Universidade Regional de Blumenau (FURB)	Blumenau

Fonte: Adaptado de <http://www.santacatarinabrasil.com.br/pt/ensino-superior/>

4.3 A distribuição dos polos UAB em Santa Catarina

Nesta seção, aborda-se a distribuição dos polos em cada microrregião.

4.3.1 Microrregião Araranguá

A microrregião de Araranguá é composta pelos municípios Araranguá; Balneário Arroio do Silva; Balneário Gaivota; Ermo; Jacinto Machado; Maracajá; Meleiro; Morro Grande; Passo de Torres; Praia Grande; Santa Rosa do Sul; São João do Sul; Sombrio; Timbé do Sul e Turvo. Sua população é de aproximadamente 180.877 habitantes (BRASIL, 2010).

Conforme Figura 2, essa microrregião conta com dois polos UAB. Um na cidade de Araranguá e outro na cidade de Praia Grande.

Figura 2 - Polos UAB da Microrregião Araranguá



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 1 revela o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 1 - Microrregião Araranguá: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Araranguá	0,760	4.1
Balneário Arroio do Silva	0,746	3.6
Balneário Gaivota	0,728	4.0
Ermo	0,726	4.6
Jacinto Machado	0,716	4.5
Maracajá	0,768	*
Meleiro	0,738	4.4
Morro Grande	0,701	4.8
Passo de Torres	0,720	3.9
Praia Grande	0,718	4.5
Santa Rosa do Sul	0,705	4.2
São João do Sul	0,695	4.4
Sombrio	0,728	4.1
Timbé do Sul	0,720	3.5
Turvo	0,740	4.5

* Dados indisponíveis

Fonte: IBGE/INEP

A cidade de Araranguá, com o IDH de 0,760, apresenta um dos indicadores mais altos da região. O IDH de Praia Grande é um pouco mais baixo: 0,718. Mas mesmo assim observa-se que existem cidades com IDH inferiores e que não foram contempladas com polos UAB, como por exemplo: São João do Sul, Morro Grande e Santa Rosa do Sul.

Levando em consideração o IDEB, constata-se que as cidades com indicadores mais baixos, não dispõem de polos UAB. É o caso de Timbé do Sul, Balneário Arroio do Silva e Passos de Torres.

No polo de Araranguá, estão sendo ofertados os cursos de Pedagogia (UDESC), Administração Pública (UFSC), Ciências Biológicas (UFSC), Ciências Contábeis (UFSC) e Matemática (UFSC). Segundo entrevista por meio de telefone ao coordenador do polo, a origem dos alunos que frequentam os cursos é bem diversificada entre as cidades de Criciúma, Jaguaruna, Sombrio, Passos de Torres, Turvo, Meleiro, Balneário Gaivota, Jacinto Machado, Balneário Arroio do Silva. Em nível presencial, constatou-se que a cidade de Araranguá conta com unidades do IFSC e UFSC.

O polo de Praia Grande oferta atualmente os cursos de Pedagogia (UDESC), Ciências Contábeis (UFSC), Ciências Econômicas (UFSC), Letras Espanhol (UFSC) e Matemática (UFSC). Quanto às cidades de procedência dos alunos, não foram encontrados dados.

4.3.2 Microrregião Blumenau

A microrregião de Blumenau é composta pelos municípios Apiúna; Ascurra; Benedito Novo; Blumenau; Botuverá; Brusque; Doutor Pedrinho; Gaspar; Guabiruba; Indaial; Luiz Alves; Pomerode; Rio dos Cedros; Rodeio e Timbó. Sua população é de aproximadamente 677.553 habitantes (BRASIL, 2010).

Conforme Figura 3, possui dois polos UAB. Um na cidade de Blumenau e outro da cidade de Indaial.

Figura 3 - Polos UAB da Microrregião Blumenau



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

Observa-se que Indaial e Blumenau são cidades vizinhas. Portanto, estes dois polos encontram-se relativamente próximos, levando em consideração às demais cidades desta microrregião.

A Tabela 2 revela o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 2 - Microrregião Blumenau: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Apiúna	0,708	4.0
Ascurra	0,742	4.1
Benedito Novo	0,740	4.3
Blumenau	0,806	4.6
Botuverá	0,724	3.6
Brusque	0,795	4.3
Doutor Pedrinho	0,716	4.2
Gaspar	0,765	4.6
Guabiruba	0,754	4.2
Indaial	0,777	4.8
Luiz Alves	0,737	4.3
Pomerode	0,780	5.2
Rio dos Cedros	0,729	4.5
Rodeio	0,754	4.3
Timbó	0,784	5.4

Fonte: IBGE/INEP

Tanto a cidade de Blumenau quanto a cidade de Indaial estão entre as cidades com maiores índices de IDH e IDEB desta microrregião. Além disso, a microrregião de Blumenau está entre as mais dinâmicas do estado. Conta com a atuação de 13 IES privadas e uma municipal. Fator que contribui para atrair mais indústrias de alta tecnologia para esta microrregião e principalmente na cidade de Blumenau (THEIS, 2014).

O polo de Blumenau oferece os cursos de Ensino de Ciências (IFSC), Gestão Pública (IFSC), Pedagogia (UDESC), Administração (UFSC), Filosofia (UFSC), Letras Português (UFSC) e Gestão Ambiental em Municípios (UTFPR). Os alunos são, prioritariamente, das cidades de Blumenau, Gaspar, Ilhota, Luiz Alves e Pomerode, mas também têm alunos de Brusque, Florianópolis, Curitiba (PR), Rio do Sul e Jaraguá do Sul, segundo entrevista telefônica ao coordenador do polo.

Em Indaial são oferecidos os cursos de Pedagogia (UDESC), Filosofia (UFSC), Letras Espanhol (UFSC) e Matemática (UFSC). Os alunos são das cidades de Timbó. Doutor Pedrinho, Benedito Novo, Rio do sul, Blumenau, Pomerode, Gaspar, Rodeio, Ascurra, Apiúna e Ibirama.

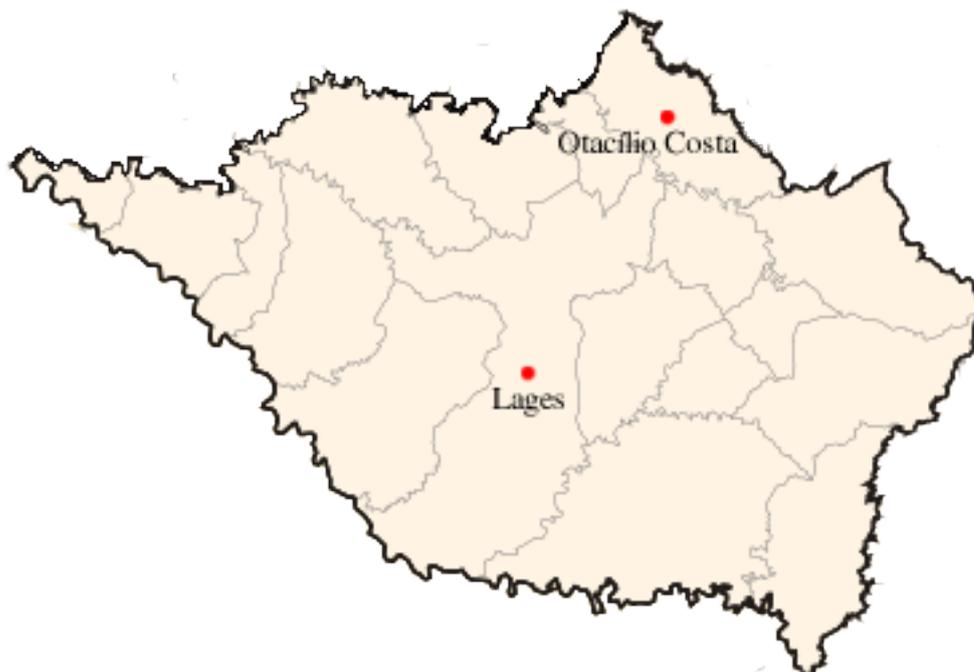
Observa-se que os cursos de Pedagogia (UDESC) e Filosofia (UFSC) são oferecidos tanto no polo de Blumenau quanto no polo de Indaial. Em se tratando de cidades vizinhas, onde tanto uma como a outra estão dentro das regiões atendidas por seus polos, evidencia-se uma sobreposição de ofertas destes cursos.

4.3.3 Microrregião Campos de Lages

A população desta microrregião é de aproximadamente 284.169 habitantes e está dividida em dezoito municípios: Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Lages; Otacílio Costa; Paineira; Palmeira; Rio Rufino; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici e Urupema (BRASIL, 2010).

Possui dois polos UAB. Um na cidade de Lages e outro em Otacílio Costa.

Figura 4 - Polos UAB da Microrregião Campos de Lages



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 3 revela o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 3 - Microrregião Campos de Lages: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Anita Garibaldi	0,688	4.1
Bocaina do Sul	0,647	4.8
Bom Jardim da Serra	0,696	3.7
Bom Retiro	0,699	3.2
Campo Belo do Sul	0,641	3.2
Capão Alto	0,654	2.8
Celso Ramos	0,719	4.3
Cerro Negro	0,621	3.3
Correia Pinto	0,702	3.4
Lages	0,770	3.5
Otacílio Costa	0,740	4.2
Painel	0,664	3.6
Palmeira	0,671	3.7
Rio Rufino	0,653	3.3
São Joaquim	0,687	3.8
São José do Cerrito	0,636	3.5
Urubici	0,694	2.9
Urupema	0,699	3.6

Fonte: IBGE/INEP

Nota-se que de maneira geral, levando em consideração os indicadores analisados, que esta microrregião encontra-se abaixo da média do estado. Possui uma área total de 15.726,010 km², sendo a maior microrregião do estado. Mesmo assim conta com apenas dois polos.

Agravando a situação percebe-se que as cidades de Lages e Otacílio Costa, com maiores índices de IDH da região, são também as que contam com os polos UAB. Além disso, são as duas cidades que concentram grande parte da atividade econômica da Região Metropolitana de Lages.

No polo de Lages é oferecido o curso de Administração (UFSC). Em entrevista telefônica ao coordenador do polo, foi constatado que a procedência dos alunos é de toda a região serrana. Neste município, também existem unidades do IFSC e UDESC como alternativas de ensino superior público.

Otacílio Costa oferece o curso de Pedagogia (UDESC). A procedência dos alunos é em sua maioria da cidade de Otacílio Costa, seguido de Urubici, Lages e São Jose do Cerrito, segundo coordenador do polo informou por telefone.

4.3.4 Microrregião Canoinhas

Sua população é de aproximadamente 243.782 habitantes e está dividida em doze municípios: Bela Vista do Toldo; Canoinhas; Irineópolis; Itaiópolis; Mafra; Major Vieira; Monte Castelo; Papanduva; Porto União; Santa Terezinha; Timbó Grande; Três Barras (BRASIL, 2010).

Possui um polo UAB, situado na cidade de Canoinhas.

Figura 5 - Polos UAB da Microrregião Canoinhas



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 4 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 4 - Microrregião Canoinhas: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Bela Vista do Toldo	0,675	*
Canoinhas	0,757	4.6
Irineópolis	0,699	4.1

Itaiópolis	0,708	4.1
Mafra	0,777	4.5
Major Vieira	0,690	4.2
Monte Castelo	0,675	3.9
Papanduva	0,704	4.2
Porto União	0,786	3.9
Santa Terezinha	0,669	5.4
Timbó Grande	0,659	3.7
Três Barras	0,706	3.8

***Dados indisponíveis**

Fonte: IBGE/INEP

A cidade de Canoinhas possui o segundo melhor IDEB desta microrregião e o terceiro melhor IDH. Esta microrregião possui uma área total de 9.420,322 km², sendo portanto a 2^a maior microrregião de Santa Catarina. Para o ensino presencial, a cidade conta com uma unidade do IFSC.

O polo de Canoinhas, oferta apenas o curso de Letras Português (UFSC). Os alunos são provenientes das cidades de Bela Vista do Toldo, Mafra, Itaiópolis, Irineópolis, Três Barras, Papanduva, Monte Castelo, Major Vieira, Porto União, conforme informou o coordenador do polo por meio de entrevista telefônica.

4.3.5 Microrregião Chapecó

Esta microrregião tem população aproximada de 405.123 habitantes e está dividida em 38 municípios: Águas de Chapecó; Águas Frias; Bom Jesus do Oeste; Caibi; Campo Erê; Caxambu do Sul; Chapecó; Cordilheira Alta; Coronel Freitas; Cunha Porã; Cunhataí; Flor do Sertão; Formosa do Sul; Guatambu; Iraceminha; Irati; Jardinópolis; Maravilha; Modelo; Nova Erechim; Nova Itaberaba; Novo Horizonte; Palmitos; Pinhalzinho; Planalto Alegre; Quilombo; Saltinho; Santa Terezinha do Progresso; Santiago do Sul; São Bernardino; São Carlos; São Lourenço do Oeste; São Miguel da Boa Vista; Saudades; Serra Alta; Sul Brasil; Tigrinhos e União do Oeste (BRASIL).

Conta com dois polos UAB. Um na cidade de Chapecó e outro em Palmitos.

Figura 6 - Polos UAB da Microrregião Chapecó



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 5 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 5: Microrregião Chapecó: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Águas de Chapecó	0,713	3.5
Águas Frias	0,745	4.8
Bom Jesus do Oeste	0,712	4.7
Caibi	0,728	4.2
Campo Erê	0,690	4.1
Caxambu do Sul	0,691	3.9
Chapecó	0,790	4.4
Cordilheira Alta	0,747	4.6
Coronel Freitas	0,744	4.4
Cunha Porã	0,742	4.8
Cunhataí	0,754	4.4
Flor do Sertão	0,708	4.5
Formosa do Sul	0,715	4.1
Guatambu	0,717	4.0
Iraceminha	0,722	5.0
Irati	0,707	4.4
Jardinópolis	0,709	4.3
Maravilha	0,781	4.0
Modelo	0,760	3.7
Nova Erechim	0,765	4.0
Nova Itaberaba	0,736	3.7
Novo Horizonte	0,706	4.9
Palmitos	0,737	4.4
Pinhalzinho	0,783	4.6
Planalto Alegre	0,751	4.5

Quilombo	0,730	4.4
Saltinho	0,654	4.6
Santa Terezinha do Progresso	0,669	4.3
Santiago do Sul	0,728	3.7
São Bernardino	0,677	3.8
São Carlos	0,769	4.1
São Lourenço do Oeste	0,749	4.7
São Miguel da Boa Vista	0,710	4.6
Saudades	0,755	4.9
Serra Alta	0,773	4.8
Sul Brasil	0,707	4.4
Tigrinhos	0,717	4.0
União do Oeste	0,705	4.5

Fonte: IBGE/INEP

A cidade de Chapecó possui o maior IDH da região. É o núcleo da Região Metropolitana de Chapecó (SANTA CATARINA, 2010). O polo UAB deste município oferta os cursos de Pedagogia (UDESC), Administração Pública (UFSC) e Letras Português (UFSC). Em Chapecó, encontram-se também unidades de três instituições de ensino superior públicas: UDESC, IFSC e UFFS.

Em Palmitos são ofertados os cursos de Pedagogia (UDESC) e Gestão Pública (IFSC). Os alunos deste polo são procedentes dos municípios de Palmitos, Caibi, São Carlos, Riqueza, Cunhataí, Cunha Porã, Chapecó, Iraí (RS) e Mondaí, segundo coordenador do polo informou por telefone.

4.3.6 Concórdia

A microrregião Concórdia possui quinze municípios: Alto Bela Vista; Arabutã; Arvoredo; Concórdia; Ipira; Ipumirim; Irani; Itá; Lindóia do Sul; Paial; Peritiba; Piratuba; Presidente Castelo Branco; Seara e Xavantina. Sua população é de aproximadamente 146.019 habitantes.

Possui um polo UAB na cidade de Concórdia.

Figura 7 - Polos UAB da Microrregião Concórdia



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 6 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 6 - Microrregião Concórdia: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Alto Bela Vista	0,755	4.5
Arabutã	0,733	3.9
Arvoredo	0,715	4.4
Concórdia	0,800	5.1
Ipira	0,736	5.9
Ipumirim	0,738	4.5
Irani	0,742	3.6
Itá	0,771	4.1
Lindóia do Sul	0,743	4.5
Paial	0,718	4.6
Peritiba	0,766	3.9
Piratuba	0,758	5.7
Presidente Castelo Branco	0,770	4.3
Seara	0,779	4.1
Xavantina	0,749	5.1

Fonte: IBGE/INEP

A cidade de Concórdia possui o maior IDH desta microrregião, além de ter um das melhores colocações no IDEB. Na modalidade presencial, a cidade conta com uma unidade do IFC.

Os cursos ofertados neste polo são Pedagogia (UDESC), Ciências Econômicas (UFSC), Letras Espanhol (UFSC) e Gestão Ambiental em Municípios (UTFPR). Por meio de entrevista telefônica, o coordenador do polo informou que a grande maioria dos alunos é do próprio município, mas também de Itá, Seara, Presidente Castelo Branco, Peritiba, Ipumirim e Lindoia do Sul.

4.3.7 Microrregião Criciúma

Esta microrregião tem aproximadamente 372.777 habitantes divididos em dez cidades: Balneário Rincão; Cocal do Sul; Criciúma; Forquilha; Içara; Lauro Müller; Morro da Fumaça; Nova Veneza; Siderópolis; Treviso e Urussanga (BRASIL, 2010).

Possui um polo UAB instalado na cidade de Criciúma.

Figura 8 - Polos UAB da Microrregião Criciúma



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 7 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 7 - Microrregião Criciúma: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Balneário Rincão	*	3.2
Cocal do Sul	0,780	5.0
Criciúma	0,788	3.9
Forquilha	0,753	3.7
Içara	0,741	4.5
Lauro Müller	0,735	3.9
Morro da Fumaça	0,738	4.5
Nova Veneza	0,768	4.2
Siderópolis	0,774	4.0
Treviso	0,774	3.6
Urussanga	0,772	4.2

*Dados indisponíveis

Fonte: IBGE/INEP

Apesar de ter um IDEB baixo se comparado com as demais cidades, Criciúma tem o maior IDH. E também é o núcleo da Região Metropolitana de Criciúma (SANTA CATARINA, 2010). A cidade conta com uma unidade do IFSC com cursos presenciais.

O polo de Criciúma oferta o curso de Pedagogia (UDESC). Não foram encontrados dados sobre os municípios de origem dos alunos.

4.3.8 Microrregião Curitibaanos

Esta microrregião possui doze municípios: Abdon Batista; Brunópolis; Campos Novos; Curitibaanos; Frei Rogério; Monte Carlo; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; Vargem e Zortéa. Sua população é de aproximadamente 122.656 habitantes (BRASIL, 2010).

Conta com um polo UAB na cidade de Campos Novos.

Figura 9 - Polos UAB da Microrregião Curitibanos



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 8 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 8 - Microrregião Curitibanos: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Abdon Batista	0,694	4.3
Brunópolis	0,661	4.1
Campos Novos	0,742	4.0
Curitibanos	0,721	4.0
Frei Rogério	0,682	4.4
Monte Carlo	0,643	4.2
Ponte Alta	0,673	2.8
Ponte Alta do Norte	0,689	3.7
Santa Cecília	0,698	4.2
São Cristóvão do Sul	0,665	3.4
Vargem	0,629	4.0
Zortéa	0,761	4.6

Fonte: IBGE/INEP

Ficando atrás apenas do município de Zortéa, Campos Novos possui os melhores indicadores desta microrregião.

O polo UAB de Campos Novos oferta os cursos de Gestão Pública (IFSC), Pedagogia (UDESC) e Ciências Contábeis (UFSC). Por meio de entrevista telefônica, o coordenador do polo informou que a maioria dos alunos é do próprio município, e em menor quantidade, dos municípios de Anita Garibaldi, Pinhal da Serra (RS), São José do Ouro (RS), Zortéa, Piratuba, Joaçaba, Lages, São Joaquim, Tangará, Videira, Herval d'Oeste, Vargem, Barracão (RS), Ibiam, Monte Carlo, Herval Velho.

4.3.9 Microrregião Florianópolis

Sua população é de aproximadamente 878.852 habitantes e está dividida em nove municípios: Antônio Carlos; Biguaçu; Florianópolis; Governador Celso Ramos; Palhoça; Paulo Lopes; Santo Amaro da Imperatriz; São José e São Pedro de Alcântara (BRASIL, 2010).

Possui três polos UAB. Em Florianópolis, São José e Palhoça.

Figura 10 - Polos UAB da Microrregião Florianópolis



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 9 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 9 - Microrregião Florianópolis: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Antônio Carlos	0,749	5.1
Biguaçu	0,739	3.7
Florianópolis	0,847	3.8
Governador Celso Ramos	0,747	3.9
Palhoça	0,757	3.3
Paulo Lopes	0,716	2.7
Santo Amaro da Imperatriz	0,781	4.2
São José	0,809	3.7
São Pedro de Alcântara	0,734	4.1

Fonte: IBGE/INEP

Florianópolis e São José possuem os melhores Índices de Desenvolvimento Humano desta microrregião. Palhoça está em quarto lugar. Porém, se analisarmos o IDEB, vemos que estas cidades não têm os melhores índices. De qualquer forma, Todas as três fazem parte do núcleo da Região Metropolitana de Florianópolis (SANTA CATARINA, 2010). É a microrregião que possui mais IES em todo o estado, com vinte privadas, duas federais e uma municipal (THEIS, 2014).

No polo de Florianópolis são ofertados os cursos de Ativação de Processos de Mudanças na Formação (Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ), Ensino de Ciências (IFSC), Pedagogia (UDESC), Gestão Educacional (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG), Administração Pública (UFSC) e Informática Instrumental Aplicada a Educação (UTFPR).

Em Palhoça são ofertados os cursos de Gestão em Saúde (IFSC) e Pedagogia (UDESC). Os alunos de Pedagogia são provenientes dos municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Florianópolis, São José, Palhoça. Já os de Gestão em Saúde são de Palhoça, São José, Florianópolis, Garopaba, Biguaçu, segundo coordenador de polo informou por meio de entrevista telefônica.

No polo de São José existe a oferta dos cursos de Gestão Pública (IFSC), Pedagogia (UDESC) e Filosofia (UFSC). O coordenador de polo informou em entrevista por meio de telefone que a maioria dos alunos é da região da Grande Florianópolis.

Florianópolis, São José e Palhoça são municípios vizinhos. De São Jose a Palhoça são 9 km, de São Jose a Florianópolis são 12,7 km e de Palhoça a Florianópolis são 17,3 km. Distâncias bem inferiores às recomendadas à Comissão de Seleção para distância média mínima entre dois polos, que é de 100 km.

Nesta microrregião, questiona-se a necessidade de polos UAB, sendo que há uma grande oferta de cursos presenciais. O curso de Administração Pública é ofertado presencialmente em Florianópolis pela UFSC e UDESC. O curso de Pedagogia é ofertado em Florianópolis pela UFSC e pela UDESC e em São José pelo Centro Universitário Municipal de São José (USJ). O curso de Filosofia é ofertado presencialmente pela UFSC em Florianópolis.

4.3.10 Microrregião Itajaí

A microrregião de Itajaí é dividida em doze municípios: Balneário Camboriú; Balneário Piçarras; Barra Velha; Bombinhas; Camboriú; Ilhota; Itajaí; Itapema; Navegantes; Penha; Porto Belo e São João do Itaperiú. Sua população é de aproximadamente 571.027 habitantes (BRASIL, 2010).

Possui dois polos UAB. Um no município de Itajaí e um em Itapema.

Figura 11 - Polos UAB da Microrregião Itajaí



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 10 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 10 - Microrregião Itajaí: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Balneário Camboriú	0,845	4.7
Balneário Piçarras	0,756	4.2
Barra Velha	0,738	4.2
Bombinhas	0,781	4.6
Camboriú	0,726	3.8
Ilhota	0,738	4.9
Itajaí	0,795	4.6
Itapema	0,796	4.6
Navegantes	0,736	4.4
Penha	0,743	3.7
Porto Belo	0,760	4.0
São João do Itaperiú	0,738	3.8

Fonte: IBGE/INEP

Atrás apenas de Balneário Camboriú, Itajaí e Itapema possuem os maiores Índices de Desenvolvimento Humano desta microrregião. Além de também estarem entre os melhores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica. Na cidade de Itajaí, existe uma unidade do IFSC para o ensino presencial.

O polo de Itajaí oferta os cursos de Pedagogia (UDESC), Letras Espanhol (UFSC) e Letras Português (UFSC). O coordenador do polo informou, por meio de telefone, que os alunos deste polo são, de maneira bem diversificada, das cidades de Itajaí, Joinville, Brusque, Itapema, Piçarras, Penha, Balneário Camboriú, Camboriú, Navegantes.

Em Itapema são ofertados os cursos de Gestão em Saúde (FIOCRUZ), Pedagogia (UDESC), Administração (UFSC), Ciências Contábeis (UFSC) e Ciências Econômicas (UFSC). No curso de pedagogia, a maioria dos alunos é de Itapema. Nos demais cursos, existem alunos de Florianópolis, Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau, Curitiba, São Paulo

(SP), Balneário, Itajaí, Rio do Sul, segundo informação concedida pelo coordenador do polo por meio de telefone.

4.3.11 Microrregião Ituporanga

Esta microrregião é dividida em sete municípios: Agrolândia; Atalanta; Chapadão do Lageado; Imbuia; Ituporanga; Petrolândia e Vidal Ramos. Sua população é de aproximadamente 55.780 habitantes (BRASIL, 2010).

A microrregião de Ituporanga não dispõe de nenhum polo UAB.

Figura 12 - Microrregião Ituporanga



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 11 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 11 - Microrregião Ituporanga: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Agrolândia	0,725	4.0
Atalanta	0,733	4.9
Chapadão do Lageado	0,704	4.8
Imbuia	0,713	4.2
Ituporanga	0,748	3.9
Petrolândia	0,716	4.4
Vidal Ramos	0,700	4.8

Fonte: IBGE/INEP

Esta microrregião faz parte do Sistema Produtivo Regional (SPR) periférico catarinense. É caracterizada por ser um espaço pouco urbanizado, que apresenta mão de obra não qualificada, usualmente de origem rural, empregados em atividades de montagem desqualificada (THEIS, 2014). Mesmo assim, observa-se que não há nenhum polo UAB. Em pesquisa com os coordenadores, não houve registros de alunos dos municípios desta microrregião serem alunos de algum polo de outras microrregiões.

4.3.12 Microrregião Joaçaba

A microrregião de Joaçaba está dividida em 27 municípios: Água Doce; Arroio Trinta; Caçador; Calmon; Capinzal; Catanduvas; Erval Velho; Fraiburgo; Herval d'Oeste; Ibiam;

Ibicaré; Iomerê; Jaborá; Joaçaba; Lacerdópolis; Lebon Régis; Luzerna; Macieira; Matos Costa; Ouro; Pinheiro Preto; Rio das Antas; Salto Veloso; Tangará; Treze Tílias; Vargem Bonita e Videira. A estimativa populacional de 2010 resultou em 341.594 habitantes (BRASIL, 2010).

Dispõe de quatro polos UAB distribuídos nas cidades de Caçador, Joaçaba, Treze Tílias e Videira.

Figura 13 - Polos UAB da Microrregião Joaçaba



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 12 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 12 - Microrregião Joaçaba: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Água Doce	0,698	4.1
Arroio Trinta	0,764	5.0
Caçador	0,735	3.6
Calmon	0,622	3.4
Capinzal	0,752	4.9
Catanduvas	0,714	3.5
Erval Velho	0,723	4.0
Fraiburgo	0,731	4.6
Herval d'Oeste	0,758	3.6
Ibiam	0,725	5.1
Ibicaré	0,708	4.4
Iomerê	0,795	5.5
Jaborá	0,732	4.6
Joaçaba	0,827	3.7
Lacerdópolis	0,781	4.6

Lebon Régis	0,649	3.5
Luzerna	0,789	5.1
Macieira	0,662	4.6
Matos Costa	0,657	3.8
Ouro	0,774	4.6
Pinheiro Preto	0,777	4.6
Rio das Antas	0,697	4.1
Salto Veloso	0,784	5.5
Tangará	0,737	4.2
Treze Tílias	0,795	4.3
Vargem Bonita	0,718	4.3
Videira	0,764	4.7

Fonte: IBGE/INEP

Joaçaba possui o maior IDH da região, seguido de Treze Tílias, com o segundo maior IDH. Caçador conta com uma unidade do IFSC. Presencialmente, existe uma unidade do IFSC na cidade de Caçador e uma unidade do IFC na cidade de Videira.

O polo de Joaçaba oferta o curso de Pedagogia (UDESC) e os alunos são dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, segundo informação concedida pelo coordenador de polo por meio de telefone.

Treze Tílias tem a oferta de Pedagogia (UDESC), Filosofia (UFSC), Letras Português (UFSC), Letras Espanhol (UFSC) e Ensino de Língua Portuguesa e Literatura (UTFPR). Por meio de entrevista telefônica, o coordenador de polo informou que os alunos são provenientes de todo o Meio Oeste Catarinense.

No polo de Caçador são ofertados os cursos de Ensino de Ciências (IFSC), Gestão em Saúde (IFSC), Pedagogia (UDESC) e Tecnologias, Comunicação e Técnicas de Ensino (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR). O coordenador de polo informou em entrevista por meio de telefone, que a maioria dos alunos é do próprio município e, em menor quantidade, das cidades de Calmon, Lebon Regis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas, Timbó Grande, Santa Cecília, Campos Novos, Videira, Fraiburgo, Salto Veloso, Iomerê, Ouro, Joaçaba.

Em Videira, são ofertados os cursos de Letras Português (UFSC) e Letras Espanhol (UFSC). Não foram encontrados dados sobre a procedência dos alunos.

Mais uma vez, observa-se vários polos num raio de distância pequeno: Treze Tílias a Caçador: 75,6 km; Treze Tílias a Videira: 31,8 km; Treze Tílias a Joaçaba: 36,7 km; Caçador a Videira: 40,3 km; Caçador a Joaçaba: 101 km e Videira a Joaçaba: 62,6 km. Além disso, existe a sobreposição de oferta dos cursos de Pedagogia (UDESC) nas cidades de Joaçaba,

Treze Tílias e Caçador e dos cursos de Letras Português (UFSC) e Letras Espanhol (UFSC) nas cidades Treze Tílias e Videira.

4.3.13 Microrregião Joinville

Esta microrregião está dividida em onze municípios: Araquari; Balneário Barra do Sul; Corupá; Garuva; Guaramirim; Itapoá; Jaraguá do Sul; Joinville; Massaranduba; São Francisco do Sul e Schroeder. Sua população é de aproximadamente 842.821 habitantes (BRASIL, 2010).

Possui um polo UAB na cidade de Joinville.

Figura 14 - Polos UAB da Microrregião Joinville



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 13 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 13 - Microrregião Joinville: IDH 2010 e IDEB 8ª série/9º ano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Araquari	0,703	3.6
Balneário Barra do Sul	0,716	3.5
Corupá	0,780	4.9
Garuva	0,725	4.2
Guaramirim	0,751	4.3
Itapoá	0,761	4.9
Jaraguá do Sul	0,803	5.1
Joinville	0,809	5.1
Massaranduba	0,774	4.5
São Francisco do Sul	0,762	3.9
Schroeder	0,769	4.8

Fonte: IBGE/INEP

Joinville possui o melhor IDH e melhor IDEB desta microrregião. Faz parte do núcleo da Região Metropolitana do Norte/Nordeste Catarinense (SANTA CATARINA, 2010). Conta com unidades de ensino presencial do IFSC, UDESC e UFSC.

No polo de Joinville são ofertados os cursos de Gestão Pública (IFSC), Pedagogia (UDESC) e Administração Pública (UFSC). O coordenador do polo informou por meio de entrevista telefônica que, dos cerca de 185 alunos, 135 são de Joinville. O restante é de outras cidades diversas da região como Curitiba (PR), Florianópolis, Barra Velha, São Francisco, Jaraguá do Sul.

4.3.14 Microrregião Rio do Sul

A microrregião de Rio do Sul é dividida em vinte municípios: Agronômica; Aurora; Braço do Trombudo; Dona Emma; Ibirama; José Boiteux; Laurentino; Lontras; Mirim Doce; Pouso Redondo; Presidente Getúlio; Presidente Nereu; Rio do Campo; Rio do Oeste; Rio do Sul; Saleté; Taió; Trombudo Central; Vitor Meireles e Witmarsum. Sua população é de aproximadamente 204.913 habitantes (BRASIL, 2010).

Possui um polo UAB na cidade de Pouso Redondo.

Figura 15 - Polos UAB da Microrregião Rio do Sul



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 14 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 14 - Microrregião Rio do Sul: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Agronômica	0,741	4.1
Aurora	0,733	4.5
Braço do Trombudo	0,780	4.1
Dona Emma	0,742	4.9
Ibirama	0,737	4.4
José Boiteux	0,694	4.5
Laurentino	0,749	4.2
Lontras	0,704	3.8
Mirim Doce	0,708	4.5
Pouso Redondo	0,720	4.2
Presidente Getúlio	0,759	3.7
Presidente Nereu	0,737	3.8

Rio do Campo	0,729	4.8
Rio do Oeste	0,754	4.2
Rio do Sul	0,802	4.3
Salete	0,744	4.4
Taió	0,761	4.9
Trombudo Central	0,775	4.3
Vitor Meireles	0,673	3.6
Witmarsum	0,710	4.0

Fonte: IBGE/INEP

O polo de Pouso Redondo oferta os cursos de Pedagogia (UDESC), Administração (UFSC), Ciências Econômicas (UFSC), Física (UFSC), Letras Espanhol (UFSC) e Letras Português (UFSC). Os alunos são provenientes de forma bem distribuída entre as cidades de Rio do Campo, Pouso Redondo, Salete, Braço do Trombudo, Trombudo Central, Mirim Doce, Rio do Sul e Taió, segundo informação concedida pelo coordenador do polo por meio de telefone.

4.3.15 Microrregião São Bento do Sul

A microrregião de São Bento do Sul é composta por três municípios: Campo Alegre; Rio Negrinho e São Bento do Sul. Sua população é de aproximadamente 126.394 habitantes (BRASIL, 2010).

Possui um polo UAB na cidade de São Bento do Sul.

Figura 16 - Polos UAB da Microrregião São Bento do Sul



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 15 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 15 - Microrregião São Bento do Sul: IDH 2010 e IDEB 8ª série/9º ano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Campo Alegre	0,714	4.0
Rio Negrinho	0,738	4.3
São Bento do Sul	0,782	4.8

Fonte: IBGE/INEP

Nota-se que São Bento do Sul é o município com maior IDH e maior IDEB desta microrregião. Neste município existe uma unidade de ensino presencial da UDESC voltada para cursos na área de tecnologia e também uma unidade do IFC.

O curso oferecido neste polo é Pedagogia (UDESC). Não foram encontradas informações sobre a procedência dos alunos.

4.3.16 Microrregião São Miguel d'Oeste

Esta microrregião está dividida em 21 municípios: Anchieta; Bandeirante; Barra Bonita; Belmonte; Descanso; Dionísio Cerqueira; Guaraciaba; Guarujá do Sul; Iporã do Oeste; Itapiranga; Mondaiá; Palma Sola; Paraíso; Princesa; Riqueza; Romelândia; Santa Helena; São João do Oeste; São José do Cedro; São Miguel do Oeste e Tunápolis. Sua população estimada é de 177.497 habitantes (BRASIL, 2010).

Esta microrregião conta com um polo UAB na cidade de São Miguel d'Oeste.

Figura 17 - Polos UAB da Microrregião São Miguel d'Oeste



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 16 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 16 - Microrregião São Miguel d'Oeste: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Anchieta	0,699	5.0
Bandeirante	0,672	4.2
Barra Bonita	0,701	4.2
Belmonte	0,705	4.8
Descanso	0,743	4.4
Dionísio Cerqueira	0,706	4.1
Guaraciaba	0,751	4.9
Guarujá do Sul	0,730	4.8

Iporã do Oeste	0,759	5.3
Itapiranga	0,775	5.2
Mondaí	0,748	4.0
Palma Sola	0,704	3.9
Paraíso	0,700	4.6
Princesa	0,706	4.2
Riqueza	0,714	4.6
Romelândia	0,692	4.3
Santa Helena	0,727	3.9
São João d'Oeste	0,761	5.0
São José do Cedro	0,731	4.5
São Miguel d'Oeste	0,801	4.0
Tunápolis	0,752	5.1

Fonte: IBGE/INEP

São Miguel d'Oeste possui o maior IDH desta microrregião. Possui uma unidade de ensino presencial do IFSC voltada para cursos da área da agricultura. Possui uma unidade do IFSC para a modalidade presencial.

O polo UAB deste município oferta os cursos de Ensino de Ciências (IFSC), Gestão Pública (IFSC), Pedagogia (UDESC) e Letras Espanhol (UFSC). Não foram encontradas informações sobre a procedência dos alunos.

4.2.17 Microrregião Tabuleiro

Tabuleiro está dividida em cinco municípios: Águas Mornas; Alfredo Wagner; Anitápolis; Rancho Queimado e São Bonifácio. Sua população está estimada em 23.926 habitantes (BRASIL, 2010).

Esta microrregião não dispõe de polos UAB.

Figura 18 - Microrregião Tabuleiro



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 17 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 17 - Microrregião Tabuleiro: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Águas Mornas	0,723	4.7
Alfredo Wagner	0,668	4.2
Anitápolis	0,674	4.1
Rancho Queimado	0,753	4.2
São Bonifácio	0,731	5.2

Fonte: IBGE/INEP

Assim como a microrregião Ituporanga, Tabuleiro não possui polos UAB.

Ambas fazem parte do SPR periférico catarinense. Estas duas microrregiões, são consideradas as menos desenvolvidas e menos dinâmicas de Santa Catarina. O enfrentamento do desenvolvimento desigual requer, para além da produção de conhecimento, que estas microrregiões discutam quais são seus objetivos para o desenvolvimento e que sejam auxiliadas pelo poder público (THEIS, 2014).

Em pesquisa com os coordenadores, não houve registros de alunos dos municípios desta microrregião serem alunos de algum polo de outras microrregiões.

4.3.18 Microrregião Tijucas

Esta microrregião está dividida em sete municípios: Angelina; Canelinha; Leoberto Leal; Major Gercino; Nova Trento; São João Batista e Tijucas. Sua está estimada em 91.909 habitantes (BRASIL, 2010).

Possui um polo UAB na cidade de Canelinha.

Figura 19 - Polos UAB da Microrregião Tijucas



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 18 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 18 - Microrregião Tijucas: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Angelina	0,687	4.4
Canelinha	0,697	3.4
Leoberto Leal	0,686	4.4
Major Gercino	0,698	3.4

Nova Trento	0,748	4.4
São João Batista	0,740	4.0
Tijucas	0,760	4.1

Fonte: IBGE/INEP

O polo desta microrregião oferta atualmente os cursos de Pedagogia (UDESC) e Administração (UFSC). O coordenador do polo informou por meio de entrevista telefônica que o polo é mantido pelas prefeituras de cinco municípios: Tijucas, Canelinha, São João Batista, Major Gercino e Nova Trento. Porém a maioria de seus alunos é proveniente de Florianópolis e São José.

4.3.19 Microrregião Tubarão

A microrregião de Tubarão está dividida em vinte municípios: Sangão; Santa Rosa de Lima; São Ludgero; São Martinho; Treze de Maio; Tubarão; Imbituba; Jaguaruna; Laguna; Orleans; Pedras Grandes; Pescaria Brava; Rio Fortuna; Armazém; Braço do Norte; Capivari de Baixo; Garopaba; Grão Pará; Gravatal e Imaruí. Sua população é de aproximadamente 374.934 habitantes (BRASIL, 2010).

Esta microrregião conta com três polos UAB nas cidades de Braço do Norte, Laguna e Tubarão.

Figura 20 - Polos UAB da Microrregião Tubarão



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 19 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 19 - Microrregião Tubarão: IDH 2010 e IDEB 8ª série/9º ano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Armazém	0,770	4.4
Braço do Norte	0,778	4.2
Capivari de Baixo	0,767	3.5

Garopaba	0,753	3.3
Grão Pará	0,736	4.1
Gravatal	0,757	4.2
Imaruí	0,667	3.7
Imbituba	0,765	3.7
Jaguaruna	0,721	3.8
Laguna	0,752	3.5
Orleans	0,755	4.1
Pedras Grandes	0,728	4.5
Pescaria Brava	*	*
Rio Fortuna	0,806	3.7
Sangão	0,700	3.6
Santa Rosa de Lima	0,757	4.9
São Ludgero	0,755	3.7
São Martinho	0,742	4.6
Treze de Maio	0,729	3.6
Tubarão	0,796	4.2

*Dados indisponíveis

Fonte: IBGE/INEP

Braço do Norte e Tubarão têm, respectivamente, o segundo e terceiro melhor IDH desta microrregião. A cidade de Laguna conta com uma unidade da UDESC para ensino presencial.

O polo de Tubarão oferta os cursos de Ensino em Ciências (IFSC), Gestão em Saúde (IFSC), Gestão Pública (IFSC), Pedagogia (UDESC), Ciências Biológicas (UFSC), Filosofia (UFSC) e Física (UFSC).

Em Braço do Norte são ofertados os cursos de Ensino de Ciências (IFSC), Pedagogia (UDESC), Administração (UFSC), Ciências Econômicas (UFSC) e Matemática (UFSC). Por meio de entrevista telefônica, o coordenador do polo informou que, do curso de Pedagogia, a maioria dos alunos é concentrada em Braço do Norte. Nos demais cursos, fica bem diversificado entre Rio Fortuna, Braço do Norte, Santa Rosa de Lima, Laguna, Tubarão, Lauro Muller, Criciúma, Urussanga, Grão Pará, Bom Jardim da Serra e Gravatal.

No polo de Laguna existe a oferta dos cursos de Pedagogia (UDESC) e Administração (UFSC). Os alunos são de Laguna, Tubarão, Florianópolis, Criciúma, Sombrio, Gravatal, Pescaria Brava, Garopaba, Sangão, Imbituba, Treviso e Orleans, segundo informação do coordenador do polo por meio de telefone.

Braço do Norte, Laguna e Tubarão, também são municípios bem próximos: Braço do Norte a Laguna: 60,3 km; Braço do Norte a Tubarão: 32,8 km; Laguna a Tubarão: 28,3 km. Aqui também é possível identificar a sobreposição de oferta de cursos de Pedagogia nos três polos e de Ensino de Ciências nos polos de Tubarão e Braço do Norte.

4.3.20 Microrregião Xanxerê

Abelardo Luz; Bom Jesus; Coronel Martins; Entre Rios; Faxinal dos Guedes; Galvão; Ipuacu; Jupiá; Lajeado Grande; Marema; Ouro Verde; Passos Maia; Ponte Serrada; São Domingos; Vargeão; Xanxerê e Xaxim. Sua população é de aproximadamente 148.243 habitantes (BRASIL, 2010).

Possui um polo UAB na cidade de Ponte Serrada.

Figura 21 - Polos UAB da Microrregião Xanxerê



Fonte: Adaptado de WIKIPEDIA, 2015

A Tabela 20 apresenta o IDH e IDEB de todos os municípios desta microrregião.

Tabela 20 - Microrregião Xanxerê: IDH 2010 e IDEB 8ªsérie/9ºano 2013

Município	IDH 2010 (0-1)	IDEB (0-10)
Abelardo Luz	0,696	4.1
Bom Jesus	0,718	3.8
Coronel Martins	0,696	4.2
Entre Rios	0,657	3.4
Faxinal dos Guedes	0,758	4.4
Galvão	0,708	4.3
Ipuacu	0,660	4.0
Jupiá	0,719	3.9
Lajeado Grande	0,771	3.8
Marema	0,743	4.5
Ouro Verde	0,695	4.8
Passos Maia	0,659	4.1
Ponte Serrada	0,693	3.9
São Domingos	0,765	4.1
Vargeão	0,686	4.6
Xanxerê	0,775	3.9
Xaxim	0,752	4.0

Fonte: IBGE/INEP

No polo de Ponte Serrada é ofertado o curso de Pedagogia (UDESC). A maioria dos alunos é de Ponte Serrada e Passos Maia, mas também de Vargeão, Ouro Verde, Xanxerê e Entre Rios, segundo informação concedida pelo coordenador de polo por meio de telefone.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que num país como o Brasil, que carece de ensino superior de qualidade e que tem um nível de privatização alto neste setor, sempre haverá demanda, mesmo em cidades mais desenvolvidas. Porém, o que se deve levar em conta é a essência do Sistema Universidade Aberta do Brasil, que é a interiorização e democratização do ensino superior. Neste sentido, infere-se que a distribuição dos polos é de certa forma ineficiente dentro do estado de Santa Catarina.

O que se intui é que em muitos casos, os polos são instalados nos municípios que estão entre os mais desenvolvidos de uma região, que possuem outras instituições de ensino superior públicas para suprir as demandas da região.

As microrregiões que não possuem polos UAB, Ituporanga e Tabuleiro, são também as menos favorecidas e que apresentaram menor crescimento nos últimos anos. (THEIS, 2014). Campos de Lages, maior microrregião do estado em território, outra região que tradicionalmente é pouco assistida, conta com apenas dois polos, ofertando um curso cada.

Em contraste, as microrregiões de Florianópolis, Tubarão e Joaçaba possuem maior concentração de polos e oferta de cursos, tanto presencialmente quanto a distância.

Nota-se ainda muitos casos em que existe polo na cidade central e que dá nome à microrregião. É o caso de Araranguá, Blumenau, Lages, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Itajaí, Joaçaba, Joinville, São Bento do Sul, São Miguel d'Oeste e Tubarão.

Levando em conta as exigências redigidas pelo MEC para orientar a Comissão de Seleção na escolha de polos, existem pontos que não são cumpridos. O mínimo de um polo por microrregião é corroborado com a não existência de polos nas regiões de Ituporanga e Tabuleiro. Nas mesmas recomendações, pautava-se o mínimo médio de 100 km de distância entre um polo e outro, e, no entanto, este requisito não é cumprido, em alguns casos dentro da mesma microrregião. Vide as microrregiões Tubarão, Florianópolis e Joaçaba, que chegam a ter polos com a distância de 9 km entre eles (Caso dos polos de São José e Palhoça).

Conclui-se que a questão levantada por Silva (2013) para o Brasil, que constata que os polos não apresentam uma distribuição espacial justa e necessária para o fim a qual se destinam, e fazendo com que ao invés de contribuir para o desenvolvimento de forma integrada, se formem espaços excludentes, é também verdadeira para o estado de Santa Catarina.

Parece que, em grande medida, ao invés de interiorizar e democratizar o ensino superior, a distribuição dos polos segue a mesma lógica da distribuição das IPES que ofertam cursos presenciais.

Retomando o caráter exploratório da pesquisa, propõe-se o aprofundamento de outros estudos que podem surgir através desta, como por exemplo: Quais são os municípios mais indicados para a instalação dos próximos polos UAB, de maneira que contribuam para reduzir as desigualdades; A razão pela qual os requisitos expostos não foram cumpridos pela Comissão de Seleção dos polos; Por qual motivo as regiões de Ituporanga e Tabuleiro, que intuitivamente seriam as que mais precisariam de polos, não contam com esta assistência; Levantamento dos dados de oferta e demanda por vagas em cada microrregião.

REFERÊNCIAS

ADERINOYE, Rashid; OJOKHETA, Kester. **Open-Distance Education as a Mechanism for Sustainable Development: Reflections on the Nigerian Experience**. The International Review of Research in Open and Distributed Learning, vol 5, n. 1, abril, 2004.

ANTUNES, Neusa Maria Barbosa de Oliveira. **Políticas para a educação a distância: O Sistema Universidade Aberta do Brasil**. 2011. 262p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2011.

BRASIL. **Censo 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 de junho de 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 5.800**, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jun. 2006.

BRASIL. **Lei n. 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2001.

BRASIL. **Lei n. 11.502**, de 11 de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da CAPES, autorizando a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 de julho de 2007.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de junho de 2014.

BRASIL. **Portaria n. 318**, de 2 de abril de 2009. Transfere à CAPES a operacionalização do Sistema UAB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 de abril de 2009.

CAPES. História e missão. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 15 de junho de 2015.

COSTA, Maria Luisa F (Org.). **Educação a distância no Brasil: avanços e perspectivas**. Maringá: Eduem, 2013.

COSTA, C.; PIMENTEL, N. M. O Sistema Universidade Aberta do Brasil na Consolidação da Oferta de Cursos Superiores a Distância no Brasil. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 10, p. 71-90, 2009.

DELORS, Jacques et al. **Educação: Um tesouro a descobrir**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios? **Educ. Soc.** 2008, vol.29, n. 104, p. 891-917.

FIRMO, Marcio Gold. **Educação: de fusquinha no mundo da F1**. In: Giambiagi; Pinheiro. Além da euforia. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2012.

FRANK, A. G. (1973). Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. (org.) **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 25-38.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: Enfoque Interdisciplinar**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

GIL, Antônio C. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HORTA, José Silverio Baia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 104, p. 5-34, julho, 1998.

Fernandes, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios**. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>>.

IPEA. **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2013.

IPECE. **Análise da Distribuição Espacial das Instituições de Ensino Superior Brasileiras a partir dos Dados do Censo da Educação Superior de 2011**. Informe nº 72 – Fevereiro de 2014.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MUNHOZ, Dércio G. **Economia Aplicada: Técnicas de Pesquisa e Análise Econômica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, c1989.

PNUD. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013.

PNUD. **Rapport mondial sur le développement humain 1995**. Econômica: Paris, 1995.

PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano 2009/2010: Valores e Desenvolvimento Humano**. Brasília: PNUD, 2010.

SANTA CATARINA. **Lei complementar Nº 495, de 26 de janeiro de 2010**. Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Alto Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera, de Tubarão, de Chapecó, do Extremo Oeste e do Contestado. Diário Oficial 18.810, Florianópolis, 18 de março de 2010.

SILVA, J. B. et al. **A importância da educação à distância para o desenvolvimento profissional no ensino superior**. Disponível em: <<http://ueadsl.textolivres.pro.br/2011.2/papers/upload/89.pdf>>. Acessado em: 28 set. 2014

SILVA, Roberto Vianna da. **A UAB e suas práticas subjacentes nas diferentes concepções do espaço social brasileiro**. 2013. 195p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

THEIS, Ivo M (Org.). **Desenvolvimento local/regional na periferia do capitalismo mundializado: estudos de caso em Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2014.

UNICEF. Disponível em: www.unicef.pt. Acesso em: 15 de maio de 2015

VELLOSO, João Paulo dos Reis. **Economia do conhecimento, crescimento e inclusão social**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2004.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira. **Janus**. 2006, ano 3, nº4, 2º semestre de 2006. P 128-138.

WIKIPEDIA. Santa Catarina. http://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Catarina#/media/File:SantaCatarina_MesoMicroMunicip.svg. Acesso em: 05 de junho de 2015.

WOLF, Sérgio Machado. **Influência da competência empreendedora dos coordenadores nos indicadores de desempenho dos polos EaD**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.